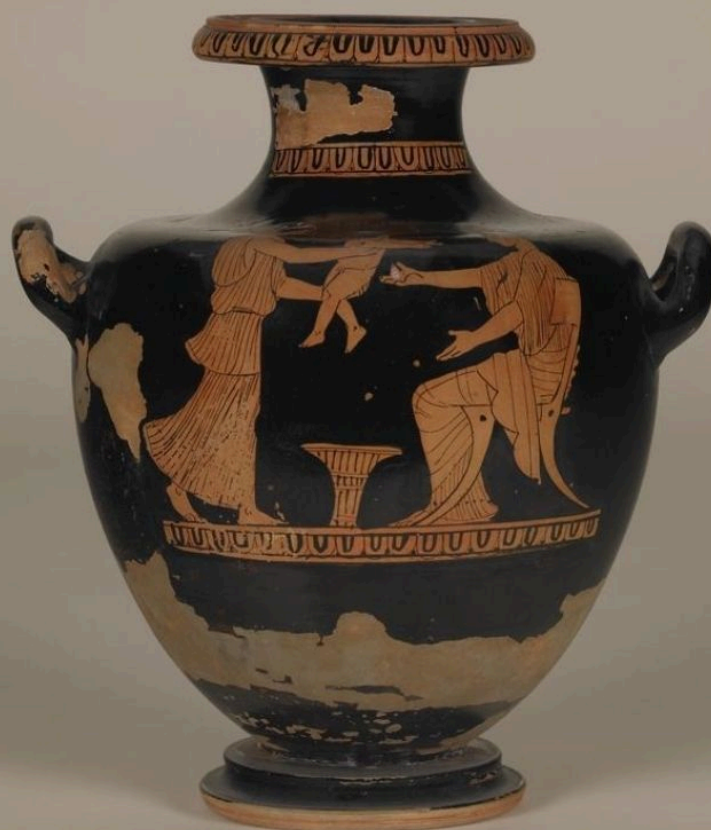


REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COMPARADA - UFRJ

ANO 19
VOLUME 19
NÚMERO 1



Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2025

Ano 19

Volume 19

Número 1



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 19, v. 19, n. 1.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2025.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: (21) 3938-0333

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Thaina Schwan Karls e Daniel de Pinho Barreiros

Assistência Editorial:

Jerrison Patu de Melo Alves

Isis Fonseca Sá

Nathália Vivaqua Dias

Luísa Amado

Larissa Fernandes

Beatriz dos Santos da Silva

Mariana Ventura Martins

Montagem e projeto gráfico:

Jerrison Patu de Melo Alves

Isis Fonseca Sá

Nathália Vivaqua Dias

Imagem da capa:

Hydria/jarro de cerâmica para pôr líquidos. Inventário: 1873. 0820.350. Disponível em:

https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1873-0820-350?selectedImageId=94499001

Acesso em 27 abril 2026.

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretora: Norma Côrtes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

Coordenadora: Raissa Brescia dos Reis

EDITORES RESPONSÁVEIS

Thaina Schwan Karls (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Daniel de Pinho Barreiros (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Rafael Pinheiro de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Dilton Cândido dos Santos Maynard (Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil)
Fábio de Sousa Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Iamara da Silva Viana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Beatriz dos Santos da Silva (Mestranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Isis Fonseca Sá (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Jerrison Patu de Melo Alves (Doutorando-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Larissa Fernandes Nogueira (Mestranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Luísa Amado Monteiro (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Mariana Ventura Martins (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Nathália Vivaqua Dias (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabulsi (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizontini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha)

Sumário

DOSSIÊ TEMÁTICO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ 7
“MATERNIDADES EM SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS”
VOLUME 1 - GRÉCIA ANTIGA

Elaine Cristine dos Santos Pereira Farrell
Pedro Vieira da Silva Peixoto
Clarissa Mattana de Oliveira

NACIMIENTOS MÍTICOS: 18
LA ORGANIZACIÓN CÓSMICA DESDE EL PUNTO DE VISTA DEL NACIMIENTO
MYTHOLOGICAL BIRTHS:
THE COSMIC ORGANIZATION FROM THE BIRTH POINT OF VIEW

María Cecilia Colombani

AMIZADE, RESPONSABILIDADE INVISÍVEL E O CUIDADO “SOCIAL” 32
DAS MULHERES NA ATENAS DO IV SÉCULO a.C.
FRIENDSHIP, INVISIBLE RESPONSIBILITY AND THE “SOCIAL” CARE
OF WOMEN IN ATHENS IN THE 4th CENTURY BC

Juliana Magalhães dos Santos

ARTIGO LIVRE

CARÊNCIA DE BRAÇOS NAS PROVÍNCIAS DO CEARÁ E DO MARANHÃO: 45
CHEGADA DE COLONOS EUROPEUS E ÊXODO DE TRABALHADORES
NACIONAIS (1848-1911)
LABOR SHORTAGE IN THE PROVINCES OF CEARÁ AND MARANHÃO: ARRIVAL
OF EUROPEAN COLONISTS AND EXODUS OF NATIONAL WORKERS (1848-1911)

Edgar Braga Neto

DOSSIÊ TEMÁTICO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

“MATERNIDADES EM SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS” VOLUME 1 - GRÉCIA ANTIGA

Organizadores:

Elaine Cristine dos Santos Pereira Farrell*
Pedro Vieira da Silva Peixoto*
Clarissa Mattana de Oliveira*

Os eventos e os dossiês

Entre os dias 10 e 12 de maio de 2023, no mês conhecido tradicionalmente como o mês das mães, devido ao fato de que em diversos países, dentre estes no Brasil, comemora-se o dia das mães no segundo domingo de maio, celebramos na Universidade Federal do Rio de Janeiro a primeira edição do evento internacional e híbrido “Maternidades em sociedades pré-modernas: realidades e representações”. O evento recebeu apoio do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), do Programa de Estudos de Medievais (PEM) e do Laboratório de História Antiga (LHIA), todos vinculados à UFRJ, e do laboratório externo, vinculado à Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e à Universidade do Pernambuco (UPE), o INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo.

Este contou com três mesas de trabalho e seis comunicações presenciais no Instituto de História da UFRJ e seis palestras online. Os trabalhos foram apresentados

* Atualmente atua como professora e pesquisadora na Maynooth University Department of Early Irish. Pesquisadora do INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo, do NEREIDA-UFF e do LBEAM-FURB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-3066>.

* Professor Adjunto de História Antiga do Instituto de História e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq-MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do LHIA - Laboratório de História Antiga da UFRJ e do INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4311-9442>.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período de doutorado-sanduiche na Maynooth University, financiada pelo programa PDSE/CAPES. Pesquisadora do Programa de Estudos Medievais da UFRJ e do INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6286-235X>.

em português, espanhol, e inglês. Contamos com a contribuição de pesquisadores nacionais, vinculados à diversas instituições no Estado do Rio de Janeiro, em São Paulo, e em Santa Catarina, e internacionais, na Argentina, Portugal e Irlanda.

Os trabalhos na sequência de apresentação conforme o programa foram: “Abortos miraculosos em vidas de santos irlandeses, séculos VII ao IX: uma síntese historiográfica” por Clarissa Mattana (UFRJ); “Violência e agência materna no prólogo à Lei dos Inocentes, Irlanda, séculos X-XI” por Elaine Farrell; “‘Tem a Trindade inteira nela’: a divindade materna de Maria no Setenario de Afonso X de Castela” por Aline Dias (UFSC); “O aborto no Reino de Castela: leis e penalidades no Fuero Juzgo - século XIII” por Rosiane Rigas (UFRJ/UERJ); “*Mother-infant death in Medieval Ireland: Osteoarchaeological insights*” por Eileen Murphy (Queen’s University Belfast - QUB); “Retratos da gravidez, parto, puerpério: tornar-se mãe no tempo de Trotula de Ruggiero - século XI” por Karine Simoni (UFSC); “Mães invisíveis? Em busca de evidências materiais da maternidade na Idade do Ferro bretã” por Pedro Peixoto (UFRJ); “Representações da amamentação na Mitologia e História Romana” por Sarah Azevedo (USP); “O corpo que dá luz à pólis: Parto, aborto e cuidados ginecológicos na Atenas Clássica” por Juliana Magalhães (USP); “*Nacimientos Míticos: La organización cósmica del punto de vista del nacimiento*” por María Cecilia Colombani (U. de Morón | U. de Mar del Plata); “*Researching motherhood in the Central European Bronze and Iron Ages*” por Katharina Rebay-Salisbury (Universität Wien); “Maternidades medievais: fontes iconográficas, infância e maternidade nas Cantigas de Santa Maria - século XIII” por Guilherme Antunes Júnior (UFRJ); “A parturiente nos textos de medicina antiga” por Cristina Pinheiro (U. da Madeira | U. de Lisboa); “*Mothers and their daughters’ marriages in Late Middle Ages*” por Ruth Karras (Trinity College Dublin - TCD).

Uma segunda edição do evento, ocorreu entre os dias 8 e 10 de maio de 2024, com um workshop presencial sobre “Maternagem em Perspectiva: Teorias, Arqueologia, e História, lecionado por Pedro Peixoto e Elaine Farrell, e três palestras online, ministradas em português e inglês por pesquisadoras sediadas no Pernambuco e na Irlanda, em ordem das apresentações realizadas: “Rainhas como mães na Inglaterra no Alto Medieval” por Isabela Albuquerque (UPE); “*Queens, nuns and slaves: The lives of women in Early Ireland*” por Edel Bhreathnach (emérita Discovery Programme); “*Fertility, childbirth and women’s medicine in Medieval Ireland*” por

Déborah Hayden (Maynooth University - MU). Infelizmente, no dia, devido a dificuldades técnicas, não pudemos realizar a apresentação de uma pesquisadora da Espanha, Carmen Caballero Navas (U. de Granada). As apresentações deste dois eventos evidenciam as possibilidades de investigação e o potencial de expansão do campo do estudo das maternidades em sociedades pré-modernas.

A proposta inicial dos eventos surgiu através do diálogo e da colaboração entre os três organizadores deste dossiê, Elaine Farrell, Pedro Peixoto e Clarissa Mattana, que são membros do Grupo INSULAE, e, durante a realização do evento estavam todos vinculados ao PPGHC-UFRJ, sendo Peixoto professor adjunto do quadro permanente, Farrell vinculada através de estágio pós doutoral, e Mattana como doutoranda. Estes compartilham, assim, interesses comuns que perpassam a História Comparada, Antiguidade e Medieval, ilhas do Atlântico Norte, estudos de gênero e história das mulheres, atravessando, conseqüentemente, aspectos da maternidade.

Estes encontros e publicações foram apenas indiretamente fruto de investimento público, dado que não pleiteamos fomento específico para estes produtos. Foram, entretanto, atividades desenvolvidas durante vigência do financiamento de pesquisa Pós-doutorado Sênior (PDS 2022) da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro para trabalhar no projeto “Leis e representações sobre gravidez, parto e maternidade na Irlanda e Península Ibérica entre os séculos V e XII” (E-26/204.017/2022). Este foi assegurado por Farrell e sua supervisora de pesquisa, a professora doutora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, através da chamada pública, que proporcionou a atuação de Farrell na UFRJ entre 2022-24 e, portanto, a organização e realização destes dois eventos.

As primeiras produções vinculadas aos eventos foram vídeos publicados na TV PEM-UFRJ, no Youtube. As palestras online, que receberam permissão de seus palestrantes, foram gravadas e podem ser assistidas online: “*Mother-infant death in Medieval Ireland: Osteoarchaeological insights*” por Eileen Murphy (QUB), “Retratos da gravidez, parto, puerpério: tornar-se mãe no tempo de Trotula de Ruggiero - século XI” por Karine Simoni (UFSC), “*Nacimientos Míticos: La organización cósmica del punto de vista del nacimiento*” por María Cecilia Colombani (U. de Morón | U. de Mar del Plata), “*Researching motherhood in the Central European Bronze and Iron Ages*” por Katharina Rebay-Salisbury (ÖAW), Guilherme Antunes Jr (UFRJ), “A parturiente nos textos de

medicina antiga” por Cristina Pinheiro (U. da Madeira | U. de Lisboa), “Rainhas como mães na Inglaterra no Alto Medievo” por Isabela Albuquerque (UPE), “*Queens, nuns and slaves: the lives of women in Early Ireland*” por Edel Bhreathnach (emérita Discovery Programme).¹

De igual forma, este dossiê da Revista de História Comparada 19.1 “MATERNIDADES EM SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS” VOLUME 1 - GRÉCIA ANTIGA e o próximo 19.2 “MATERNIDADES EM SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS” VOLUME 2 - IMPÉRIO ROMANO E PENÍNSULA ITÁLICA MEDIEVAL são resultados e produtos dos eventos organizados, contando com a contribuição de quatro pesquisadoras, uma argentina com texto em língua espanhola, María Cecília Colombani, e, três brasileiras com publicações em português, Juliana Magalhães, Sarah Azevedo e Karine Simoni.

Neste presente dossiê contamos com os trabalhos de María Cecilia Colombani, professora emérita da Universidad de Morón e da Universidad de Mar del Prata com o artigo *Nacimiento Míticos. La organización cósmica desde el punto de vista del nacimiento*. Este trabalho visa analisar nascimentos divinos por meios distintos dentro do esquema geral da Teogonía de Hesíodo. A autora visou analisar a presença ou ausência de Eros na gestação das narrativas de nascimentos. O objetivo foi analisar os jogos de poder e tensões que se dão entre as divindades, construindo na narrativa um sentido de que os nascimentos constituem peças chaves na organização do real.

Juliana Magalhães dos Santos, pesquisadora do INCT Proprietas (UFF), em “Amizade, responsabilidade invisível e o cuidado ‘social’ das mulheres na Atenas do IV século a.C.” analisa a visão socrático-platônica sobre a relação corpo/conhecimento das mulheres, evidenciando como o ofício das parteiras era mal visto e a exigência entre definir a prática médica da prática de casamenteiras, evitando a aparência de alcoviteiras. A amizade entre as mulheres aparece neste estudo como uma forma subversiva de circular em espaços sociais, através da ajuda à outras mulheres com a sua saúde, representando assim uma ameaça implícita e mal vista a preponderância masculina no espaço público.

Ainda que ambos textos abordam sociedades gregas, eles abordam temporalidades, recortes, fontes e abordagens distintas. O primeiro investiga narrativas de concepção e nascimento em um dos textos gregos mais antigos, as Teogonias de

¹ No site: <https://www.youtube.com/@TVPEMUFRI/playlists>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Hesíodo, de aproximadamente 700 a.C., que é um poema épico narrando um mito cosmogônico. Enquanto que o segundo analisa através de fontes literárias diversas (filosofia, tragédia, comédia e oratória) a amizade feminina, forjada em práticas de cuidado (maternidade, saúde, rituais) como uma ressignificação feminina da *philia*, conceito fundamental da vida política masculina da Atenas no século do IV a.C.

Porquê e como investigar Maternidades?

Há um ditado em inglês que diz “*all scholarship is autobiography*”, traduzido seria algo como “toda pesquisa é autobiográfica”. Este ditado talvez explique bem o crescimento dos estudos sobre maternidade. Vivemos em uma geração com um alto nível de auto-reflexão sobre gerar ou não gerar filhos, e quando geramos, em como criá-los e sobre quais seriam os melhores modelos de parentalidade. O movimento feminista inicialmente lançou luz à segregação da mulher ao âmbito doméstico e a economia do cuidado, e agora as teorias da maternidade discutem o modelo imposto à figura materna e as expectativas depositadas sobre esta. No campo dos estudos gênero, sexualidade e história das mulheres, a professora e pesquisadora Andrea O’Reilly da Universidade de York (Canadá) é considerada como a catalisadora e consolidadora dos campos dos estudos sobre Maternidade, e do subcampo da teoria maternal, além de ser pensadora do feminismo matricêntrico, tendo publicado substancialmente sobre o assunto e também fundado, em 1990, o *Journal of the Motherhood Initiative*.²

O nosso principal objetivo com estas produções, é contribuir para o desenvolvimento do campo da história da maternidade no cenário nacional e internacional, e a divulgação das produções em desenvolvimento. O campo do estudo sobre a maternidade e maternagem é multidisciplinar e apresenta-se em expansão. Seria possivelmente injusto tentar traçar uma cronologia de disciplinas que iniciaram os estudos na área, pois potencialmente íamos negligenciar algumas ciências e escolas de pensamento. Ao contrário disto, destacamos aqui de forma relativamente frouxa, alguns campos do conhecimentos e trabalhos individuais que nos impactaram diretamente, e que na nossa percepção têm influenciado o nosso campo, o da história.

² Ver a página institucional da pesquisadora <https://profiles.laps.yorku.ca/profiles/aoreilly/> e da revista: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Certamente devemos dar crédito à grande área da saúde humana, com destaque para a obstetrícia, nutrição, psiquiatria e psicologia, que avançam paulatinamente ampliando a qualidade dos serviços prestados às gestantes, parturientes e lactantes, ainda que muito mais avanço seja requerido. Atréados a estas, atravessando para o campo das ciências sociais e dos estudos culturais, trabalhos de grande impacto foram publicados desde a década de 1980, como o trabalho da filósofa francesa Èlisabeth Badinter *L'Amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)* de 1980, traduzido no Brasil em 1985 como "Amor Conquistado: o mito do amor materno". Destacamos também as obras da médica inglesa Ann Daily, principalmente o livro *Inventing Motherhood: The consequences of an ideal*, publicado em 1982. Dentre as produções mais recentes, apontamos a jornalista norte-americana Chelsea Conaboy, especializada em assuntos médicos, com sua obra *Mother Brain: How neuroscience is rewriting the story of parenthood*, de 2022, que foi traduzida pela Companhia das Letras em 2024 como "O mito do Instinto Materno: como a neurociência está reescrevendo a história da parentalidade".

Estas três obras somam-se a muitas outras que desconstroem o conceito de maternidade tal qual este foi moldado ao longo da história e transmitido à nós. Evidenciando que conceitos e práticas, e a maternidade não é uma exceção a isto, sofrem mutações ao longo dos séculos e de sociedade a sociedade. Dessa forma, não há um modelo único, nem formas universais de maternar. A neurociência veio para expandir a nossa compreensão para além do cultural, mas não apesar do cultural. Ao contrário, ambos campos, neurociência e estudos culturais estão caminhando lado a lado, evidenciando como aspectos culturais interagem com a plasticidade neural formando individualidades. Mas além disso, os avanços nos conhecimentos sobre aspectos hormonais complexificam positivamente ideais abstratos e romantizados como o amor. Os noticiários e as mídias sociais nos bombardeiam diariamente com casos de violência à infância, praticados por mães, pais, e outros cuidadores, pessoas que deveriam exercer o cuidado com crianças sob a sua tutela.

A contribuição da história tem sido no sentido de tentar compreender o maior número de modelos e opções possíveis. Como se maternava em sociedades passadas? Como se construiu o modelo de "maternidade intensa" que hoje conhecemos, e, em muitos casos, tentamos nos desvencilhar e desconstruir? Estas são apenas algumas das

muitas questões possíveis que se impõe. Nesta perspectiva, a História Comparada torna-se uma importante ferramenta de análise, com suas diferentes modalidades, nos permitindo analisar modelos concorrentes numa mesma temporalidade e sociedade, ou sociedades e temporalidades distintas. Os estudos aqui apresentados, e a nossa apresentação destes, são apenas um dos muitos caminhos possíveis, e esperamos com este trabalho tanto estimular o crescimento do campo no Brasil e na América Latina, quando inserir e integrar nossas pesquisas no diálogo internacional.

O campo da nossa disciplina irmã, a arqueologia, também tem contribuído nesta direção devido ao contínuo aumento das escavações e publicações de relatórios em vários países, e o diálogo desta com as outras áreas do saber, como a história, literatura, e ciências sociais. Os estudos das práticas funerárias, por exemplo, explorado por Peixoto, dentre outros pesquisadores, como Katharina Rebay-Salisbury, do Instituto Austríaco de Arqueologia; e Eileen Murphy, da Queen's University Belfast, vêm elucidando questões relacionadas à mortalidade de gestantes, de crianças, e dos ritos estabelecidos nos enterros destas e seus possíveis significados.

Pesquisadores e trabalhos individuais são importantes, entretanto, indicativos importantes de crescimento de um campo do conhecimento vão para além dos esforços individuais.³ Trabalhos coletivos frequentemente obtêm mais visibilidade, e são obtidos sobretudo através de fomento e formação de laboratórios e redes de pesquisa. Este movimento pode ser constatado no campo dos estudos atuais da maternidade.

Aqui no Brasil, há alguns grupos de pesquisa registrados no CNPq, que, ainda que não sejam exclusivamente dedicados à maternagem e a gravidez, agregam pesquisadores trabalhando com questões concernentes à estas, dentre estes o PEM-UFRJ e o PEM-UERJ, com destaque para os trabalhos de Marta de Carvalho da Silveira (UERJ), Guilherme Antunes Júnior, e Rosiane Graça Rigas Martins. O Grupo Christine de Pizan, liderado por Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne (UFPE) e Cláudia Costa Brochado (UnB), é também uma referência nacional com pesquisadoras(es) interessadas(os) neste campo.

³Uma bibliografia com estudos sobre maternidade pode ser acessada em: <https://penitentials.com/videos/motherhood-bibliography/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Temos consciência que não identificamos nem citamos a totalidade da produção nacional e internacional sobre maternidades pré-modernas e por este mesmo motivo, deixamos aqui manifestas as nossas expectativas de avançar neste campo de estudos e continuar contribuindo para a integração destes trabalhos e o diálogo continuado, e a propor a todos que façam leituras e estabeleçam reflexões sobre a parentalidade nos seus próprios nichos de pesquisa.

Somando-se a pesquisa de Farrell financiada pela FAPERJ, podemos identificar financiamentos de pesquisas dedicadas à maternagem tanto em história quanto arqueologia sobre sociedades desde a antiguidade aos inícios da era moderna. Além disso, outros eventos internacionais têm sido dedicados ao tema. Esta sincronia de eventos ocorridos de forma autônoma uns dos outros em diferentes países e geridos por iniciativas de pesquisa diversas evidencia que estamos acompanhando tendências e interesses investigativos que são de interesse global.⁴

Infelizmente, nossa tentativa de dar continuidade às pesquisas sobre maternidade no âmbito do PEM-UFRJ e a continuação desta série de eventos não foi inicialmente financiada. Submetemos à FAPERJ para a chamada PDS 2024 proposta de pesquisa intitulada “O culto e a maternidade mariana em perspectiva comparada: A Irlanda e a Península Ibérica entre os séculos VII e XII”. A despeito de ter recebido uma avaliação positiva destituída de qualquer nível de criticismo, foi categorizada como não prioritária. Esperamos com estes dossiês e apresentações contribuir para a conscientização das agências de fomento e pesquisadores brasileiros sobre a relevância de estudos vinculados à maternidade e termos o privilégio de atestar o crescimento do campo no cenário nacional, através inclusive de amparo financeiro e institucional à novas iniciativas. Desejamos, assim, que estes artigos, somados aos publicados no próximo dossiê 19.2, estimulem mais reflexões sobre o maternar em sociedades pré-modernas.

Agradecimentos

Agradecemos imensamente às autoras desta edição, aos pareceristas que gentilmente compartilharam de seus conhecimento e tempo, aos editores da *Revista de*

⁴ Listagens incluídas ao final do texto.

História Comparada, ao professor doutor Paulo Duarte da Silva (UFRJ), pela ideia e proposta da organização destes dossiês, a todos os palestrantes, conferencistas e ouvintes presentes fisicamente e online nos dois eventos “Maternidades em sociedades pré-modernas” (2023 e 2024), e aos docentes do Instituto de História que completaram as disciplinas da graduação sobre Maternidades na Idade Média oferecidas por Farrell nos semestres 1.2023 e 1.2024. Aos nossos alunos dedicamos estes dossiês. Boas leituras!

Financiamentos de pesquisa recentes sobre Maternidade:

Gynecia: Rodrigo de Castro Lusitanus e a tradição médica antiga sobre ginecologia e embriologia (Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT), <https://projectgynecia.uma.pt/en/the-project/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LEIGHEAS: Language, Education and Medical Learning in the Premodern Gaelic World (Research Ireland), <https://leigheas.maynoothuniversity.ie/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MotherBreast: Mothering and breastfeeding in antiquity and Byzantium, 4th c. BCE - 15th c. CE e **Maternal Milk:** Breastfeeding in Middle and Late Byzantium (8th-15th c.) (EXCELLENCE - Research and Innovation Foundation), <https://www.ucy.ac.cy/motherbreast/the-programme/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Mujer, Medicina, y Salud en la Grecia Antigua: un acercamiento interdisciplinar a través de la edición de textos (C-HUM-302-UGR23 financiado pela Consejería de Universidad, Investigación e Innovación e pela ERDF Andalusia Program 2021-2027), <https://produccioncientifica.ugr.es/proyectos/796275/detalle>. Acesso em: 08 abr. 2026.

The Interpretation of Childbirth in Early Modern Spain, <https://www.fwf.ac.at/en/research-radar/10.55776/P32263>. Acesso em: 12 jan. 2026., e **The Interpretation of Childbirth in Early Modern Spain II** (Austrian Science Fund - FWF), <https://www.fwf.ac.at/en/research-radar/10.55776/PAT2471824>. Acesso em: 12 jan. 2026.

The Social Status of Motherhood in Bronze Age Europe (Austrian Science Fund - FWF), <https://www.oeaw.ac.at/en/oeai/research/prehistory-wana-archaeology/prehistoric-identities/the-social-status-of-motherhood-in-bronze-age-europe>. Acesso em: 12 jan. 2026., e **VAMOS:** The Value of Mothers to Society: responses to motherhood and child rearing practices in prehistoric Europe (European Research Council - ERC), <https://cordis.europa.eu/project/id/676828/results>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Eventos recentes sobre Maternidade:

2019-2022 **I- IV International Gynecia Conference**, organizados em Funchal na Universidade da Madeira e em Lisboa na Universidade de Lisboa.

5-7.11.2021 **Lactating Breasts: Motherhood and Breastfeeding in Antiquity and Byzantium**, organizado pela equipe do projeto *Motherbreast*, do *Center for Medieval Arts and Rituals* da Universidade de Cyprus,
<https://www.ucy.ac.cy/motherbreast/conference/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

12.05.2023 **From the Breast: Representations and Interpretations of Breastfeeding and Infant Feeding in Pre-Modern Cultures**, workshop organizado pela Universidade de Birmingham, Inglaterra.

22-23.05.2023 **Fertility, Medicine and the Body: Theory and Practice across the Premodern world**, organizado como parte da série *VivaMente Conference in the History of Ideas* promovida pelo *Centre for the Study of Medicine and the Body in the Renaissance*, Pisa, Itália,
<https://csmbr.fondazionecomel.org/events/vivamente-conferences/fertility-medicine-and-the-body/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

11-14.11.2024 **II Seminário Discente do NEREIDA (UFF) Tessituras do Tempo: Interseções entre o Antigo e o Contemporâneo**, contou com trabalhos sobre maternidade, disponíveis no canal do YouTube do NEREIDA:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLtWu4f4zTT5e39zsK-rzhMw1yRCBmYD E>. Acesso em: 15 jan. 2026.

15-16.01.2026 **Rituals of Mothering in the Middle Ages** organizado pela equipe do projeto *Rituals of Mothering*, do *Center for Medieval Arts and Rituals* da Universidade de Cyprus, o qual Farrell acompanhou online como ouvinte,
<https://www.ucy.ac.cy/motherbreast/conference/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Referências Bibliográficas

BADINTER, Èlisabeth. **L'Amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)**. Paris: Flamarion, 1980.

BADINTER, Èlisabeth. **Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

CONABOY, Chelsea. **Mother Brain: How neuroscience is rewriting the story of parenthood**. New York: Henry Holt and Company, 2022.

CONABOY, Chelsea. **O mito do Instinto Materno: como a neurociência está reescrevendo a história da parentalidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

DAILLY, Ann. **Inventing Motherhood: The consequences of an ideal.** London: Burnett Books, 1982.

FAIRBAIN, Cannon; PAPAMICHAEL. From the Breast: Foreword. In: FAIRBAIN, Cannon; PAPAMICHAEL. (eds.). Special Issue From the Breast: Representations and Interpretations of Breastfeeding and Infant Feeding in Pre-Modern Cultures Seminar Series and Workshop, **Rosetta**, v. 28, n. 2, (2024), p. I-ix, DOI: <https://doi.org/10.25500/rosetta.bham.00000024>.

KARRAS, Ruth Mazo. Mothers and Forced Marriages in Later Middle Ages. In: SCHEIL, Katherine; SHENK, Linda. **Early Modern Improvisations: Essays on History and Literature in Honour of John Watkins.** London and New York: Routledge, 2024, p. 58-67.

SOUZA, Camila Diogo; TACLA, Adriene Baron (org.). **Dicionário de Arqueologia Funerária** (e-book). Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

O'REILLY, Andrea (ed.). **Encyclopedia of Motherhood.** 3 volumes. Califórnia e Londres: Sage, 2010.

NACIMIENTOS MÍTICOS: LA ORGANIZACIÓN CÓSMICA DESDE EL PUNTO DE VISTA DEL NACIMIENTO

MYTHOLOGICAL BIRTHS:
THE COSMIC ORGANIZATION FROM THE BIRTH POINT OF VIEW

María Cecilia Colombani*

Resumen: El proyecto del presente trabajo consiste en analizar distintos nacimientos dentro del esquema general que la *Teogonía* hesiódica despliega en su trazo narrativo. Tales nacimientos llaman la atención a partir de las peculiaridades que presentan y que los vuelven significativos a la hora de rastrear las marcas de cómo Hesíodo presenta la descendencia, tanto de los elementos naturales, como de las potencias divinas. Tomaremos entonces formas diferentes de nacer. En primer lugar, veremos la descendencia de Gea y de Noche; en segundo lugar, el nacimiento de Afrodita; en tercer lugar, la descendencia de Febe y Ceo en la gloriosa figura de Leto, madre de su no menos glorioso hijo, Apolo; para cerrar la saga, tomaremos, finalmente, el nacimiento de Atenea.

Palabras-clave: Mito, Nacimientos, Linaje, Teogonía, Poder.

Abstract: The project of the present work consists of analyzing different births within the general scheme that the Hesiodic Theogony unfolds in its narrative outline. Such births call our attention because of the peculiarities they present and that make them significant when tracing the marks of how Hesiod presents the offspring, both of the natural elements and of the divine powers. We will then take different ways of being born. First, we will see the descent of Gaea and Night; secondly, the birth of Aphrodite; thirdly, the descent of Phoebe and Ceos in the glorious figure of Leto, mother of their no less glorious son, Apollo; to close the saga, we will take, finally, the birth of Athena.

Keywords: Myth, Births, Lineage, Theogony, Theogony, Power.

*Universidad de Morón. Universidad Nacional de Mar del Plata. AAFA. AADEC. AFRA. Centro de Estudios Clásicos y Humanísticos, Universidad de Coimbra. E-mail: ceciliacolombani5@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6215-0499>.

Introducción

El proyecto del presente trabajo consiste en analizar distintos nacimientos dentro del esquema general que la *Teogonía* hesiódica despliega en su trazo narrativo. Tales nacimientos llaman la atención a partir de las peculiaridades que presentan y que los vuelven significativos a la hora de rastrear las marcas de cómo Hesíodo presenta la descendencia, tanto de los elementos naturales, como de las potencias divinas.

Tomaremos entonces formas diferentes de nacer. En primer lugar, veremos la descendencia de Gea y de Noche; en segundo lugar, el nacimiento de Afrodita; en tercer lugar, la descendencia de Febe y Ceo en la gloriosa figura de Leto, madre de su no menos glorioso hijo, Apolo; para cerrar la saga, tomaremos, finalmente, el nacimiento de Atenea. Comenzaremos por presentar el modo en que nacen los elementos a partir de las primeras potencias.

Gea y Noche. El rostro dual de las primeras damas. Su intrínseca duplicidad

En el marco de la primera cosmogonía hesiódica, Caos es el primer primerísimo, el Abismo, y no representa un estado de confusión en el que se hallen las cosas; se trata de un espacio abierto, probablemente tenebroso tal como aparece en el verso 814, para referirse al lugar donde viven los Titanes, “más allá del Caos tenebroso”. La marca puede estar también asociada a su descendencia, Érebo, la oscuridad y Noche. *Kháos* tiene que ver etimológicamente con ciertos términos: *khásma*, *khaíno* y *khásko*.

El sustantivo significa abertura, particularmente, la abertura de la boca para bostezar, la separación de los labios cuando se abre la boca; los verbos, por su parte, significan “abrirse” y “abrir la boca para bostezar”. El marco etimológico nos pinta la figura inaugural: *kháos* sería algo así como una hendidura, una abertura, un hueco.

Sus representaciones varían a lo largo del relato teogónico ya que puede aparecer como un espacio enorme entre la tierra y el Tártaro, o, más bien, como un espacio abierto entre la tierra y el cielo, tal como aparece en la Titanomaquia, combate emblemático entre Zeus y los Titanes por la organización del *kósmos*. Lo que parece indudable es que en esta primera etapa de consolidación de un orden que exige, a su vez, marcas de diferenciación, Caos resulta una gran abertura entre el cielo y la tierra, enfatizándose la naturaleza de la abertura más que el acto mismo de la separación.

Más allá de las versiones de su representación, nos interesa su descendencia y el modo de nacer. El campo lexical del verbo γίγνομαι, venir a un nuevo estado de ser, nacer, advenir, marca la cartografía del nacimiento. Sin unión sexuada, ambos elementos, Érebo y Noche, nacen como si adviniesen a partir de ese abismo, como si estuviesen presentes en esa abertura originaria. El Érebo es el lugar inferior por excelencia; es ese *topos* abismal de tinieblas, sombras y oscuridad, polo opuesto que tensa el par inferior-superior, oscuro-claro, tenebroso-luminoso.

Sin unión sexuada supone la inexistencia del abrazo amoroso y el contacto sexual que otras uniones divinas presentarían en su gramática erótica.

Noche representa, a su vez, una figura interesante, a partir de los nacimientos que de ella se dan, ya que presenta dos formas radicalmente opuestas en la economía general de los nacimientos divinos. Noche aparece como una de las divinidades primordiales, caracterizada con un adjetivo, *dnopheros*, que alude a la noción de oscuro, sombrío, generando una primera inscripción en un territorio de resonancias lumínicas que, como venimos señalando, tensiona la díada luz-oscuridad.

La segunda inscripción, también inaugural, está dada en la genealogía de Noche: “Del Caos surgieron Érebo y la negra Noche. De la Noche a su vez nacieron el Éter y el Día, a los que alumbró preñada en contacto amoroso con Érebo” (Hesíodo, Teogonía, vv. 124-120).

Ahora Noche es *melaina*, negra, oscura, reforzando su pertenencia al *topos* sombrío.

Noche se une amorosamente a Érebo. Se trata de dos potencias oscuras, nocturnas, cuya descendencia es, en cambio, luminosa y diurna, ya que de dicha unión nacen el Éter y el Día. El campo lexical del verbo τίκτω, traer a la vida, engendrar, vuelve a marcar la cartografía del nacimiento, así como ciertos elementos lexicales dan cuenta del amor y del contacto amoroso presente en el acto de concepción. La dimensión del verbo κύω, estar en cinta, llevar en su seno, dar a luz y la presencia de μίγνυμι, mezclar, unir, combinar, nos instalan en un juego de resonancias amorosas para ubicar este nacimiento lumínico, al tiempo que representa una intuición fundamente en la economía general del pensamiento de Hesíodo en relación a la tensión de opuestos como fondo último de lo real. De lo oscuro nace su opuesto, lo claro, jugando, precisamente con los opuestos como elementos constitutivos del Ser.

Nos interesa marcar la importancia de este nacimiento porque representa un nuevo registro en el orden del universo a partir de la presencia de lo luminoso frente a la tenebrosidad originaria.

De las tinieblas surge la luz determinando, en este momento inaugural, la primera consolidación de un *kosmos* que se organiza a partir de la diferencia. Tal como sostiene P. Vianello se trata de “un binomio polarizador negativo-positivo cuyos miembros se corresponden antitéticamente” (1978, p. cccxv). Si pensamos en los pares antitéticos, el Día se opone a su madre Noche, como Éter, que representa la atmósfera luminosa y brillante en la región superior, se contrapone a Érebo, el *topos* oscuro; juego de opuestos que se resuelven en una metáfora cromática.

Se trata de algo más que una metáfora lumínica o cromática; estamos en presencia de una tensión que se repetirá a lo largo del poema como una intuición estructural de la legalidad cósmica, al tiempo que asistimos a un primer registro diferenciado en el orden de esa organización, ya que la luz representa claramente un progreso frente a la oscuridad anterior.

Hasta este punto encontramos, pues, dos maneras de nacer; el nacimiento a partir de Caos como primer primerísimo, y el nacimiento dual y antitético a partir de Noche en el marco de una unión sexuada que, como tal, actualiza la presencia de Eros como potencia de enlace. Hesíodo nos presenta a Eros como uno de los cuatro primerísimos, *ta protista*, recalcando su aspecto demiúrgico (Calame, 2002, p. 13). El *kosmos*, como un todo organizado, terminará constituyendo una gran urdimbre, un inmenso tejido amoroso y Eros, el más bello entre los dioses inmortales, *κάλλιστος ἐν ἀθανάτοισι θεοῖσι*, constituirá el hilo que borde la red, que teje la urdimbre.

Noche es una dama imprevisible. Tal como sostiene Loraux, “Tenemos a Gea, la Tierra, como bien se sabe. Y tenemos también, temible, a Noche. Noche ante la cual, en la *Iliada*, se detiene el propio Zeus por muy colérico que esté, a tal punto que teme disgustarla” (Loraux, 1992, p. 80).

Noche es también capaz de dar a luz sin la presencia de otro elemento, lo cual la posiciona en un lugar peculiar, compartido con Gea, tal como veremos. Ambas potencias dan a luz sin contacto amoroso, lo que neutraliza una doble presencia, la de Eros y la de otro elemento generador, de impronta masculina.

Noche pare una serie de elementos sin tener contacto amoroso con nadie. El campo lexical del verbo *κοιμάω*, tenderse en el lecho, acostarse, y la negación que

sobre el participio recae nos abre un nuevo rumbo en la cartografía del nacimiento. Noche, de por sí amenazante a partir de su oscuridad, pare desde sí a partir de su poder generador.

Tal como refiere Hesíodo, “Noche engendró al odioso Moro y a la negra Cer / Y a Tánato, también a Hipno, y engendraba al grupo de los / sueños; / no acostándose con ninguno, la Noche tenebrosa engendró” (Hesíodo, *Teogonía*, vv. 211-214).

Ha llegado el turno de Tierra y con ella una notoria similitud con Noche a partir de una inscripción dual, tanto en el juego de la concepción, como en la consolidación cósmica a partir del juego de opuestos que define su tensión con Caos.

La firmeza del cimiento reaparece en la *Teogonía* hesiódica a partir de su complementariedad con Urano, a quien la misma Gea ha parido sin que mediara abrazo amoroso. Una vez más el poeta da cuenta de la condición de Gea de constituir para los bienaventurados dioses asiento siempre firme, *μακάρεσσι θεοῖς ἔδος ἀσφαλὲς αἰεί*.

Tierra, segundo primerísimo en el orden del relato hesiódico, constituye una potencia instituyente de la posibilidad de ser en el mundo. Así el primer cuerpo distinguible fue Gea, “la de amplio pecho, sede siempre segura de todos los Inmortales que habitan la nevada cumbre del Olimpo” (Hesíodo, *Teogonía*, vv. 116-117), seguramente a imagen de un disco llano y plano.

Tanto hombres como Inmortales encuentran en ella su suelo firme lo cual equivale a hablar de la posibilidad de fundar un domicilio existencial. Tierra está resultando el elemento fundacional y arquetípico de toda instalación, tanto antropológica como divina.

Partimos de la capacidad productora de Gea por fuera de toda unión sexuada. Gea pare a Urano, igual a sí misma, por un principio de simetría. A su vez, Gea es concebida como una superficie plana y la simetría probablemente se refiera al contorno. Se observa la inadecuación de hablar del cielo estrellado pues el nacimiento de las estrellas será posterior, ya que nacerán de la Aurora.

Se trata de una primera versión del cielo, de su registro de bóveda celeste, con las mismas proporciones de Gea y con la capacidad de ser asiento firme de los Inmortales, a diferencia de Homero que era el Olimpo.

Tierra y Urano y Tierra y Caos parecen ser las parejas complementarias que la potencia juega en su diferencia radical. Gea es asiento sólido, tal como apuntamos, a diferencia del Abismo que no parece tener fin y, por otro lado, es su par

complementario para definir esa primera cartografía cósmica, el asiento del mundo y su bóveda.

La descendencia de Gea, sin contacto amoroso, incorpora también a las Montañas, al mar y a los ríos, elementos característicos de la misma Tierra que, a partir de su nacimiento, vuelven a constituir un progreso en el orden de consolidación cósmica en la medida en que la Tierra abandona lentamente su primer estado de indiferenciación e indistinción y adquiere su estatuto definitivo con las respectivas zonas diferenciadas, que hablan, a su vez, de distintos estados de la materia, uno líquido y otro sólido, pensando, tanto en los elementos acuosos, el mar y los ríos, como en el elemento sólido, la tierra y las montañas.

El nacimiento parece darse en término de partenogénesis; la Tierra despliega desde su interior los elementos contenidos en ella a partir de ese estado primigenio sin distinción aún de las formas. Los elementos contenidos en ella se despliegan, emergen, advienen, a la luz. El nacimiento produce así la posibilidad de que cada elemento no sólo advenga a la luz, sino que tome su forma definitiva, representando un nuevo momento en la institución del *kosmos* como un todo, *holon*.

El nacimiento de las montañas define también otro elemento de la naturaleza, las graciosas cuevas de las diosas.

El nacimiento de Ponto remata la cartografía de estos nacimientos, sin amor deseado, constituyendo en este punto un elemento afín a Noche.

El campo lexical del adjetivo deseado, ansiado, asociado a la preposición *ἄτερ*, que denota lejanía, abre el campo de significación de la soledad en la acción reproductiva.

Estamos relevando una misma conducta en Tierra y Noche: nacimientos sin amor deseado y nacimientos que no son producto de uniones sexuadas, ni cuentan con la presencia del deseo como motor del abrazo amoroso.

El mismo elemento, Tierra o Noche, en su intrínseca duplicidad estructural, se comporta de manera distinta, mostrando una cara dual en materia de concepciones y nacimientos.

Gea, primero, engendró a uno igual a ella, a Urano estrellado, para que la cubriera toda, de modo que fuera para los bienaventurados dioses asiento siempre firme, y engendró a las Montañas grandes, graciosas cuevas de las diosas, de las Ninfas que habitan montañas encajonadas como valles. Ella también dio luz al estéril piélago, que se agita con la rompiente, a Ponto, sin amor deseado (Hesíodo, Teogonía, vv. 126-132).

A continuación, el poeta muestra esa otra cara donde sí interviene el amor, ya que asistiremos a la gran descendencia de Gea y Urano, primera familia en el orden genealógico que la Teogonía hilvana como relato de las familias divinas y que se extiende hasta el verso 153.

Tomamos los primeros versos de la saga para que el verbo εὐνάω nos defina el nuevo mapa de los nacimientos divinos. El campo lexical del verbo nos ubica en esa otra arista de Gea, acostarse, tenderse sobre un lecho: “luego/acostada con Urano, dio a luz a Océano de profundos remolinos” (Hesíodo, Teogonía, vv. 132-133).

La unión sexual con Urano determina una descendencia múltiple que no trataremos por cuestiones de espacio. Apenas indicaremos los tres grandes grupos de hijos que Gea regala en su dimensión gestante: los Titanes, los Cíclopes y los Centímanos y, sólo, a modo de nacimiento inicial, nos resta nombrar el primer elemento-espacio: Océano de profundos remolinos, masa de agua que corre como un río alrededor de la tierra, ciñéndola sin ser él ceñido y fluyendo en sí mismo. Lo caracteriza el adjetivo *bathudínes*, vorticoso, de remolinos profundos y de él proceden tanto los ríos como el mar.

Sí nos interesa remarcar el rumbo que toma el poema. De una primera cosmogonía racionalizada, donde el pensador presenta los cuatro primerísimos, a un típico relato mítico donde una familia de seres sobrenaturales juega su “relato autobiográfico” con su copiosa descendencia en los términos en que el mito sabe resolver los relatos.

Afrodita. La bella Citerea y el poder seminal

El nacimiento de Afrodita representa una peculiaridad en esta cartografía divina que estamos recorriendo desde la lógica del nacimiento como acontecimiento paradigmático de las sociedades antiguas que encuentran en el mito una peculiar versión. Afrodita quien, en los juegos de poder, representará el dominio femenino de la seducción. Su territorio es el campo de lo que los griegos denominaron con un neutro, *ta aphrodisia*, las cosas u obras de Afrodita. Afrodita, una criatura espléndida, la diosa nacida del mar y la espuma.

Para comprender el nacimiento de la bella Citerea debemos retrotraernos al mito de la castración. Como sabemos, Urano ha sido castrado por su hijo Crono, quien, ocultado en emboscada, ha ejecutado el plan ideado por su madre Gea. El episodio está dominado por la *hybris* que Urano encarna, ya que Gea está a punto de reventar porque Urano impide el nacimiento de sus hijos, temeroso de que alguno le arrebatara el poder. A esto se suma el horror de la respuesta-reacción-resistencia de Gea que no se hace esperar, al tiempo que exhibe el modelo clásico de la batalla: buscar un aliado como forma de robustecer el poder de esa resistencia. Gea lo encuentra, precisamente, en Cronos el “de mente retorcida, el más terrible de los hijos y se llenó de un intenso odio hacia su padre” (Hesíodo, Teogonía, vv. 137-139).

Analicemos el antro que Gea representa en la gramática mítica y el papel de Urano en la dramática divina: “y de ellos, tan pronto como uno nacía, a todos ocultaba y a la luz no liberaba, en el antro de Gea, y con su mala acción se complacía Urano; pero dentro se lamentaba la enorme Gea, cargada, entonces ideó una engañosa y malvada táctica” (Hesíodo, Teogonía, vv. 156-160). El espacio-Gea constituye un *topos* clausurado, cerrado, oscuro, un antro para albergar hijos tan oscuros y tenebrosos como la morada.

En este contexto, de altísima conflictividad, el nacimiento de Afrodita se inscribe en el corazón mismo de la estrategia de castración ya que ella surge del destino que juegan los genitales del padre. De la tierra al mar, los genitales cortados encuentran el espacio propicio para que una blanca espuma se forme alrededor del miembro viril.

Es esa espuma *aphros* la que otorga el nombre a Afrodita, que, como vemos, explica la primera parte de su etimología. Otros nombres acompañan a la recién nacida, a partir de una cierta cartografía que define su nacimiento. Primero se dirigió a Citerea y luego a Chipre. De esta primera estancia recibe, precisamente, el nombre de Citerea. Citerea es una isla del mar Jonio, lugar que acogía uno de los santuarios más antiguos de Afrodita, que la tradición atribuía a los fenicios.

Su recorrido no termina y de allí se dirige a Chipre, isla del Mediterráneo oriental, donde también había un importante culto a la diosa. De allí su nombre Chiprogena, literalmente nacida en Chipre, epíteto que se encuentra también en otros autores como Teognis, Píndaro, Safo, entre otros.

Es interesante la observación de P. Vianello en relación a esta formación en el agua y su aparición en tierra de Chipre:

[...] podemos suponer que, por nacimiento, aquí no se entienda el hecho biológico de venir a la luz, sino el hecho de nacer para y entre los hombres, en la tierra. En efecto, por un lado, para el nacimiento de Afrodita en medio del mar se usa el verbo “formarse”, por crecimiento y solidificación de la espuma, y por otro lado, la expresión: “desde cuando nació” la diosa fue acompañada por Hímero y Eros, es más lógico entenderla como: desde cuando tomó tierra y luego fue al Olimpo (1978, p. cccxxi).

La presencia del verbo *τρέφω* indica precisamente este primer momento de la formación de Afrodita, espesar, cuajar, formar, condensar. El primer gesto genético es esta condensación de la espuma en cercanía de los testículos arrojados al mar, a partir de la estrategia de una madre desesperada:

Y los testículos, una vez que los cortó con el acero,
los arrojó desde tierra firme hacia el tempestuoso ponto;
así los retuvo a su vez el piélago mucho tiempo, y una blanca
espuma se formó alrededor de la inmortal carne; de ésta una hija
se formó (Hesíodo, Teogonía, vv. 188-192).

Dos alusiones posteriores vuelven a enfatizar esta primera formación antes de iniciar los recorridos analizados y de entrar definitivamente en el Olimpo:

a ella Afrodita
[diosa nacida de la espuma y bien coronada Citerea]
la llaman los dioses y también los hombres, puesto que de la espuma
se formó; además Citerea porque se acercó a Citerea;
y Ciprogenia, porque nació en Chipre fuertemente batida por las aguas;
y Filomedes, porque de los testículos apareció (Hesíodo, Teogonía, vv. 195-200).

Los versos condensan de alguna manera la complejidad de su formación y de su posterior derrotero hasta alcanzar el Olimpo. El adjetivo *ἀφρογενής*, nacida de la espuma, no obstante, va más allá de la mera formación para inscribirla en el escenario del nacimiento. Más adelante vuelve a insistir con la idea de la formación, quedando, de algún modo diluida la distinción entre formarse y nacer.

Febe y Leto. Los nacimientos en el orden de la genealogía. El dispositivo matrimonial

A continuación, proponemos tratar un nacimiento elegido al azar entre los múltiples nacimientos que constituyen el trazo genealógico que *Teogonía* despliega, acudiendo a dispositivo matrimonial, habitualmente presidido por Eros, que ha

advenido como primerísimo para cumplir esa función vinculante que sostiene la progresión del dispositivo.

Como sabemos, Hesíodo, como último testigo de una palabra dedicada a la alabanza del personaje real⁵, cumple una función nodular a la hora de pensar la organización cósmica; nos referimos a su función de celebrar a los Inmortales, narrando una teogonía y una cosmogonía. Si la segunda función da cuenta básicamente de la organización del *kosmos* por obra de Zeus, inscribiendo en ello el mito de soberanía y definiendo la progresiva organicidad del universo en un esquema agonístico, la primera función da cuenta del largo linaje de los dioses en el marco del mito de aparición como relato fundacional de la genealogía divina.

En ese marco, elegir un nacimiento no difiere sustancialmente de otro en el marco de la saga de nacimientos que dan cuenta de la progresión de un todo organizado, sostenido por la figura de Zeus como garante de la justicia que rige el Todo.

La fórmula es siempre la misma y se inscribe en una dialéctica amorosa que supone un abrazo transido por el deseo de los amantes y un posterior nacimiento. Se trata siempre de uniones sexuadas entre elementos homogéneos, esto es, de igual estatuto ontológico.

Febe y Ceo son la pareja elegida.

Febe, por su parte, llegó al amable lecho de Ceo;
Encinta entonces la diosa, en el amor del dios
Engendró a Leto de oscuro peplo, dulce siempre,
Propicia para los hombres y los inmortales dioses,
Dulce desde el comienzo, la más suave dentro del Olimpo (Hesíodo Teogonía, vv. 404-409).

El adjetivo *πολυήρατος*, muy amado, marca el rumbo de la escena amorosa, junto con el verbo *ἔρχομαι*, ir, marchar, llegar, ya que Febe acude al amable lecho de Ceo.

El verbo acompaña quizás el movimiento del deseo que se pone en juego en el marco de la unión sexuada. El mismo deseo que lleva a Zeus a alejarse del Olimpo hacia

⁵ Detienne, M. (1986). Para el helenista belga Hesíodo constituye el único y el último testigo de un tipo de palabra llamada a desaparecer en el punto bisagra que cierra una determinada configuración histórica para abrir un nuevo *logos*, un nuevo esquema mental. Allí, en ese enclave liminal, el relato hesiódico es una novedad discursiva, cohesionando una multiplicidad de *logoi*, de saberes, un conjunto de enunciados dispersos y heterogéneos, que otorgan al Poeta una cualificación particular, haciéndolo portador de una autoridad, anclada en la verdad como fondo de legitimidad del discurso.

las colinas de Eleutera ansioso por unirse a Mnemosyne, la Señora de las bellas colinas de Eleutera y concebir tras nueve noches alojado en su sagrado lecho a las nueve hijas concordes nacidas del matrimonio. Fruto de ese deseo del Señor del Olimpo nacen las nuevas Musas, las Bienhabladas hijas de Zeus.

Para que exista unión sexuada es necesario que medie el deseo amoroso y la unión se de en el marco del amor del dios, *θεοῦ ἐν φιλότητι*; es por ello que Hesíodo le ha dado un lugar protagónico a la propia emergencia de Eros dentro de los cuatro primerísimos, tal como anticipamos.

Junto con Caos, Gea y el Tártaro, el cuarto primero de los primerísimos inscribe inauguralmente la marca del deseo para posibilitar las uniones que harán de *Teogonía* un todo que, mediante el amor y el deseo, se desenvuelve hacia formas más perfectas y ordenadas, siendo el dispositivo matrimonial el motor de esa progresión que parte desde un punto no contaminado por la experiencia amorosa.

Las marcas identitarias de Mnemosyne la ubican en un terreno luminoso, de valencia positiva, que la han hecho merecedora, seguramente, de convertirse en una de las esposas de Zeus.

Retornemos a Febe. La presencia del verbo *κύω* dispone la escena fundacional del nacimiento, estar en cinta, llevar en su vientre, engendrar. Febe está en cinta, como la misma Mnemosyne que, embarazada de las nueve Musas, marca el tiempo propio de la gestación ya que sus deliciosas hijas nacen una vez que pasan los días y las estaciones, aunando magníficamente el ciclo gestacional con el ciclo cósmico.

Del mismo modo, Febe va a parir a Leto, otra gloriosísima esposa de Zeus y madre de su no menos famosísimo hijo, Apolo.⁶

Pensemos en los rasgos identitarios de Febe. Una de las doce titánides, su nombre, probablemente creado por Hesíodo para ella, es la abuela de Apolo. Un nieto luminoso de una abuela que porta el mismo epíteto. Apolo Febo, marca seguramente heredada de una Febe gloriosa.

El campo lexical del verbo *γείνομαι*, ser engendrado, ser dado a luz, nacer, completa el nacimiento de Leto, la diosa de peplo azulado, *κυανόπεπλος*, lo cual parece ser un epíteto cultual, probablemente asociado al luto.

⁶ En El *Himno Homérico a Apolo* se pueden descubrir ciertos rasgos de la divinidad y mostrar la duplicidad intrínseca que presenta Apolo, al tiempo que despliega el largo deambular de su madre, rechazada por las distintas ciudades hasta que finalmente es Delos quien la acoge para parir a su hijo, fruto de su unión con Zeus.

Las marcas identitarias de la recién nacida, siempre dulce, *μείλιχον αΐεί*, propician para los hombres y los inmortales dioses ἦπιον ἀνθρώποισι καὶ ἀθανάτοισι θεοῖσιν, dulce desde el comienzo, *μείλιχον ἐξ ἀρχῆς*, y la más suave en el Olimpo, *ἀγανώτατον ἐντὸς Ὀλύμπου*, hacen de Leto un nacimiento glorioso, marcado por las pautas canónicas de cualquiera de los múltiples nacimientos que *Teogonía* despliega en su cartografía genealógica. Leto es una figura nomádica por excelencia. Su largo periplo en busca de un lugar para parir a su hijo da cuenta de una vocación por el movimiento que su hijo hereda, acercándolo al nomadismo de su par complementario, Dioniso. Apolo ha encontrado finalmente un lugar para nacer. Apolo es ese dios tan funcional a la organización cósmico-política porque representa valores y comportamientos indispensables para la construcción de un modelo. Sintetiza las dos tradiciones que la Grecia arcaica y clásica vinculan a la soberanía: la de justicia y la ley, definidas por su arco, y la de la música y la poesía, trazadas por su lira.

Atenea. Las decisiones estratégicas de un padre que engendra una hija

Pues estaba decretado que de ella nacieran prudentes hijos:
primera por un lado la joven Tritogenia de ojos glaucos,
igual a su padre en fuerza y sensata decisión;
a continuación, un hijo rey de dioses y de hombres
había de dar a luz, con soberbio corazón;
pero entonces Zeus antes la reservó en su vientre,
para que la diosa reflexionara con él lo bueno y lo malo (Hesíodo, *Teogonía*, vv. 894-900).

Los versos constituyen la primera referencia al nacimiento de Atenea, fruto de los amores de Zeus y la diosa Metis, la codiciada astucia, primera esposa que Zeus tomó. Pero cuando ella iba a dar a luz a la diosa de ojos glaucos, concebida en abrazo amoroso, Zeus, por indicación de Gea y Urano, se la reservó en su vientre, temeroso de que naciera un hijo que le arrebatase el poder. Estrategia política del Padre de todos los hombres y de todos los dioses en el marco de su progresiva acumulación de poder.

Lo primero que impacta es la similitud con otros episodios como el que devuelve la unión de Gea y Urano y el que describe el matrimonio de Rea y Cronos, en los cuales se observa una misma inquietud en relación al temor y la amenaza que la supremacía política de los hijos por nacer produce en los padres.

Si en las dos ocasiones anteriores, la dimensión agonística está marcada por el destino de los hijos, retenidos en el seno materno en el primer caso, y en el estómago

del padre en el otro, aludiendo al vientre de Gea y al estómago de Crono, este episodio hace foco en el destino de una madre deglutida por Zeus como modo de contrarrestar la astucia de la primera dama y como modo de neutralizar una posible resistencia.

Si los dos primeros episodios dejaban a Gea y a Rea como potencias femeninas libres para tramar los juegos resistenciales que conocemos a través del relato mítico, en esta oportunidad el poder femenino queda definitivamente obturado a partir de la deglución como metáfora del poder.

Conclusiones

El proyecto de nuestro trabajo consistió en relevar distintos nacimientos en la economía general que la *Teogonía* despliega, trazando el dispositivo matrimonial que permite inteligir el orden de los nacimientos divinos.

Los nacimientos divinos nos interpelan a partir de los rasgos que presentan y resultan significativos, a partir, sobre todo, de cómo se juega el deseo y el contacto amoroso en las uniones entre los dioses.

Hemos investigado las formas diferentes de nacer porque, a partir de ellas, hemos rastreado la ausencia o la presencia de Eros presidiendo la gestación como paso previo a los nacimientos.

En primer lugar, relevamos la descendencia de Gea y de Noche, damas complejas, transidas por una intrínseca duplicidad; en segundo lugar, acudimos al peculiar nacimiento de Afrodita, nacida de la espuma y cercana a Eros en su dimensión amorosa; en tercer lugar, la descendencia, tomada al azar, de Febe y Ceo, entre la que se halla el nacimiento de Leto, madre Apolo, quien ha buscado afanosamente un lugar para dar a luz; como cierre, no podía faltar el nacimiento de Atenea, nacida de la frente de su padre, quien culmina su gestación luego de haber deglutido a su esposa.

Nos hemos instalado en cada nacimiento pudiendo relevar los juegos de poder y tensiones que se dan entre las divinidades, corroborando en qué sentido el nacimiento constituye una pieza clave en la organización de lo real.

Referências Bibliográficas

Fuentes

HESÍODO. **Obras y fragmentos**. Madrid: Gredos, 2000.

Himnos homéricos. La batracomiomaquia. Madrid: Gredos, 2001.

Bibliografía citada

CALAME, Claude. **Eros en la antigua Grecia**. Madrid: AKAL, 2002.

DETIENNE, Marcel. **Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica**. Madrid: Taurus, 1986.

LORAU, Nicole. ¿Qué es una diosa? En SCHMITT PANTEL, Pauline (dir.) **Historia de las Mujeres**, 1. La Antigüedad. Madrid: Taurus, 1992, p. 29-72.

VIANELLO DE CÓRDOVA, Paola. **Hesíodo. Teogonía**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.

Recibido: 26/11/2024

Aprovado: 20/10/2025

AMIZADE, RESPONSABILIDADE INVISÍVEL E O CUIDADO “SOCIAL” DAS MULHERES NA ATENAS DO IV SÉCULO a.C.

FRIENDSHIP, INVISIBLE RESPONSIBILITY AND THE “SOCIAL” CARE
OF WOMEN IN ATHENS IN THE 4th CENTURY BC

Juliana Magalhães dos Santos*

Resumo: Neste artigo, concentramos nossa análise sobre a relação entre o gênero feminino e o conceito de *philia* (amizade) entre mulheres advindas da maternidade. A partir das primordiais acepções conceituais ligadas principalmente aos cidadãos atenienses do V século a.C., refletiremos como este conceito se aproximava do universo das mulheres e como poderia ser consumido e reproduzido, segundo sua dinâmica particular. Fosse uma rede de conexões sociais reelaborando conhecimentos e relações cotidianas, ou sinônimo de relação para ampliar conhecimento sobre maternidade, cuidado do *oikos* e competências relativas à cidadania e à participação na vida da *polis*, o véu que escapa à condição da cidadã recatada expõe personagens femininas com papel longe do “ideal” político, mostrando-se ativo e, até certo ponto, reflexo e reflexivo sobre os destinos da sociedade ateniense clássica.

Palavras-chave: Grécia Clássica; Estudos de Gênero; Amizade; Oikos; História das Mulheres.

Abstract: In this article, we focus our analysis on the relationship between the feminine gender and the concept of *philia*, friendship between women arising from motherhood. Based on the primary conceptual meanings linked mainly to Athenian citizens of the 5th century B.C., we will reflect on how this concept approached the universe of women, and how it could be consumed and reproduced according to its own particular dynamics. Whether it was a network of social connections reworking knowledge and everyday relationships, or a synonym for relationships to expand knowledge about motherhood, care of the *oikos* and skills related to citizenship and participation in life in the *polis*, the veil that escapes the condition of the modest citizen exposes female characters with a role far from the political “ideal”, showing themselves to be active and, to a certain extent, reflective of the destinies of classical Athenian society.

Keywords: Classical Greece; Gender Studies; Friendship; Oikos; Women’s History.

* Pesquisadora do INCT Proprietas (UFF) e colaboradora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA - MAE/USP). Pós doutora em História Antiga pela Université Paris I Panthéon-Sorbonne; ORCID: <https://orcid.org/0000-003-1499-2437>; jumagasantos@gmail.com

Introdução

Quando pensamos no termo amizade para a antiguidade grega, frequentemente nos vêm à memória as concepções de *philia* e *hetaireia*, geralmente associadas ao universo masculino e à vida pública. Isso ocorre porque tais concepções estão presentes em inúmeras narrativas que chegaram até nós, da tragédia à filosofia. O sentido filial e a união em laços de solidariedade política, familiar e econômica são valores que formaram as bases dos sistemas institucionais e de governança em diversas *poleis* da Ática.

Este artigo tem como objetivo central analisar como a *philia*, conceito fundamental da vida política masculina, pode ser ressignificada ao ser aplicada às relações femininas na Atenas clássica. Nossa hipótese é que, longe de uma mera imitação, a amizade entre mulheres — forjada em práticas de cuidado (maternidade, saúde, rituais) e nas brechas do controle social — constituiu uma rede de sociabilidade invisível, porém fundamental, para a manutenção do tecido social da *polis*. Para tal, analisaremos fontes literárias diversas (filosofia, tragédia, comédia e oratória), conscientes de que se trata de representações e construções discursivas sobre o feminino. É justamente nas tensões, idealizações e inversões presentes nesses textos que podemos flagrar as normas, os valores e as ansiedades que moldavam as relações sociais e de gênero na Atenas clássica.

A *Philia* no Universo Masculino: o Conceito e seus Limites

Celebrada como um dos fundamentais aspectos da formação social das cidades-estado gregas notadamente a partir do período arcaico, a *philia* é apresentada em Homero (Ilíada e Odisseia) como aspecto geral da noção de comprometimento, respeito e afeição entre homens, que poderia perdurar até a morte. Segundo Chantraine (1998: s.v. *philos*), a etimologia da palavra *philia* foi estendida a grupos sociais por proximidade física, adquirindo significância mais ampla graças à noção primária de valor social associado a relações sentimentais, de hospitalidade e eventual troca de promessas (Benveniste, 1969: p.335).

Fosse pela união entre companheiros de armas, pelo entrelaçamento filial através do casamento ou por afinidades políticas, o termo chegou até o início do período helenístico com diversos regimes conceituais, unidos sob a tutela da benfeitoria mútua (Belfiore, 2000: XV). Assim, encontramos em Platão (Leis 8.837a; *República*, 4.442c-e; *Banquete*, 188d) e Aristóteles (*Política* 5.1314a; 5.1313b; 7.1325a; *Ética a Nicômaco*) o aspecto de utilidade

filial entre iguais (homens), sob a forma de redes de sociabilidade com caracteres políticos virtuosos para a defesa de si frente a ambientes hostis, em busca do bem comum.

Os termos em grego utilizados por tais documentações indicam que o adjetivo φίλος (*philos*) pode ter uma variedade de significados como “adorado”, “predileto”, “amante”, “amado”, “querido”, “amigo”, “marido”, enquanto a forma feminina, φίλη (*philē*), pode ter conotação de “querida”, “amiga”, “amada”, “desejada”, “adorada”, “esposa”, “predileta” (Liddell & Scott, 1940). De acordo com Aristóteles:

Um amigo é definido como: (a) alguém que deseja, e promove por ação, o bem real ou aparente de outro pelo bem desse outro; ou (b) alguém que deseja a existência e preservação de seu amigo pelo bem do amigo. (Este é o sentimento das mães em relação aos filhos e de antigos amigos que brigaram.) Outros dizem que um amigo é (c) alguém que frequenta a companhia de outro e (d) que deseja as mesmas coisas que ele, ou (e) alguém que compartilha as alegrias e tristezas de seu amigo (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1166a.1).

Nesse sentido, para Aristóteles, o controle das práticas filiais residia em um sistema político saudável, pois a amizade, a virtude, o prazer e o bem-estar precisavam estar separados (inclusive espacialmente) para não igualar o sistema social e as trocas político-econômicas advindas dele, a ponto de gerar um sistema tirânico. Quando discute a comunidade de mulheres e crianças proposta por Platão na *República*, Aristóteles argumenta que a unidade da *polis* exige o controle dos elementos básicos que a compõem. Nesse contexto, as mulheres, bem como as crianças, figuravam como elementos sujeitos a esse controle, por serem a estrutura da unidade social base — o *oikos* — e, simultaneamente, a garantia do futuro da *polis* (Aristóteles, *Política* 2.1262b).

Mulheres e *Philia*: Evidências e Paradoxos

Pensar que as relações de amizade só cabiam aos homens seria camuflar a complexidade das dinâmicas sociais e a expressão identitária da *polis*. Diferentes laços de amizade (homens/mulheres; mulheres/mulheres) são atestados tanto em representações iconográficas de maneira contundente — pelo menos desde o período arcaico — quanto em relatos escritos.

Utilizando-se da filosofia para complexificar as potencialidades e os limites da *philia*, os casos de Diotima (Platão, *Banquete*, 201d-212b) e Aspásia (Platão, *Menexeno*, 235e-249d; Xenofonte, *Memoráveis*, 2.6; *Econômico*, 3) visam apresentar aspectos gerais do

companheirismo e da amizade. De acordo com Platão, a associação se dá por meio de admiração e exemplo, sem necessariamente estar ligada aos laços filiais.

No caso de Diotima — cuja existência hipotética pode ser vista como elemento retórico —, ela representa, reafirma e assegura a sabedoria simbólico-mitológica da *polis*, cujos atributos podem ser associados a Athena e aos valores como *philia*, *sophrosyne*, e o desejo (*eros*) pelo belo/bom que gera equilíbrio (Platão, *Banquete*, 201d-207c). Assim, proteger a cidade, além de ser um mecanismo de defesa interno, é um elemento que alimenta e nutre a vida cotidiana a partir da proteção daqueles que um dia formariam o quadro de novos cidadãos.

Já Aspásia, apesar de sua posição não cidadã, recebe validação filial por estar associada a Péricles e sua posição política de destaque. Sua menção soa mais como uma representação generalizante dos ideais democráticos direcionados ao feminino do que como um sentimento compartilhado entre a companheira de Péricles e os cidadãos. Xenofonte, em *O Econômico* (3), menciona-a como exemplo de contribuição e boa conduta no cuidado das estratégias cotidianas do *oikos*.

Além dela, temos expressões de companheirismo entre figuras políticas e cortesãs em outros documentos, como entre Sócrates e a cortesã Teódota (Xenofonte, *Memoráveis*, 3.11) e entre Estéfano e Neera ([Demóstenes], 59). Nestes escritos, a relação de poder assimétrica expressa o questionamento e a objetificação física como elemento anterior à *philia*, com o objetivo de transformar a performance feminina em modelo de beleza, bondade e comportamento “correto”. Especificamente no caso de Neera, não só a manutenção da unidade cidadã é questionada, dado o status não cidadão da acusada, como ela também é transformada em proxeneta da própria filha, sob o argumento de que já teria sido *hetaira*. Logo, o cuidado de Neera com o *oikos* e a família seria um exemplo perigoso, agindo como elemento social desagregador a partir do espaço privado.

Voltando a *O Econômico* (VII:13), Xenofonte parece aprovar a amizade entre Iscômaco e sua esposa, indicando que o termo representaria uma parceria intencional que os conectava a outros sentimentos e propósitos comuns (Booth, 1993: p.41). Isso seria uma pré-configuração do exercício da cidadania plena, que também poderia instigar o amor conjugal através de obrigações sentimentais expressas em engajamento ativo no *oikos* (Bascou-Bance, 2002: p.23). Essa expressão não seria necessariamente recíproca, se considerarmos que o que se esperava do exemplo de casamento para os gregos era baseado

em interesses sociais com o fim de reproduzir o ideal cidadão. Porém, segundo Booth (1993: p.39), a relação representaria acima de tudo uma autarquia organizada visando à satisfação de seus integrantes, constituindo modelo necessário à comunidade, ainda que a parte concernente às mulheres estivesse relegada a reagir em prol da ação masculina.

Aqui vemos que o conceito, embora relacionado a uma mulher, parece indicar sua circularidade em função da dimensão filial comum ao universo masculino, partindo do homem e voltando para ele através do fim útil do ideal de companheirismo: o cuidado necessário ao equilíbrio da vida cidadã.

A Inversão Cômica e a Tragédia: *Philia* como Ameaça e Dever

Essa circularidade guarda certa similaridade com a comédia aristofânica *Lisístrata* (412-411 a.C.), sátira de inversões de valores e papéis *poliades* atenienses. Segundo Robson (2013: p.259), o papel da *philia* é central em *Lisístrata*, pois tem significado particular para as mulheres, uma vez que está subjacente à unidade feminina em sua campanha pela paz (ou contra a continuidade da guerra), através da abstinência sexual. Como exemplo, o prefixo *phila* é utilizado para abordar as amigas com tratamento de cumplicidade: “Eles virão, querida (...)” (ἀλλ’ ὃ φιλάττη) (*Lisístrata*, v.1:15); “Queridas espartanas! (...)” (ὃ φιλάττη Λάκαινα) (*Lisístrata*, v.1:80]. Percebe-se que os homens não fazem uso da palavra para se referirem aos demais companheiros com a mesma intensidade afetiva.

Invertendo a noção de circulação conceitual a favor das mulheres da peça, notamos que a subversão proposital reforça o senso de direcionamento do termo — que, na realidade, seria para homens — ao mesmo tempo em que critica o escopo da relação entre mulheres, colocando-as como agentes de uma ação que não lhes seria familiar. Na peça, a *philia* só se torna sentimento compartilhado na esfera masculina quando a perspectiva da paz une os homens às mulheres pelo mesmo objetivo (Robson, 2013: p.261), demonstrando o fim útil da amizade e seu papel necessário ao conceito.

Segundo Blundell (1995: p.137-138), o ideal desejável dos homens para as mulheres bem-nascidas indicaria que suas amigas fossem restritas aos limites do *oikos*, devido à necessidade de defender a descendência da prole e a instituição do casamento de possíveis interessados em corrompê-las. Porém, entre as brechas de tal assunção, deparamo-nos com a esposa de Eufileto, em Lísias, que circula com sua escrava entre mercados (Lísias 1:16) e lhe informa que sairia de casa para acender a lamparina da porta vizinha (Lísias 1:14). Ou as

mulheres que se tornaram enfermeiras e trabalhadoras têxteis devido aos prováveis problemas causados pela guerra do Peloponeso, informa Demóstenes (57:45). Tais exemplos mostram que, apesar das necessidades sociais lhes imporem tais práticas, a circulação de mulheres — entre cuidados de feridos, do cuidado dos restos de uma cidade em decadência, e da troca de mantimentos, ferramentas ou peças de trabalho — era um dos meios pelos quais elas teciam redes de amizade e cuidados necessários à vida e à sobrevivência dos habitantes da *polis* ateniense.

Nas tragédias de Eurípides, vemos a manifestação de amizade partindo de mulheres ou para mulheres, em diálogo entre as protagonistas e a manifestação de consciência social corporificada na líder do coro ou no coro (Eurípides, *Hécuba*, v.1036-1293; *Electra*, v.175-866; *Andrômaca*, v.816; *Helena*, v.275-330). As personagens expressam, através da memória atualizada pela infalibilidade do destino, o exemplo de sujeição feminina, ao mesmo tempo em que funcionam como antíteses desse mesmo ideal por praticarem ações associadas aos homens (temperança, honra). Esse paradoxo pode ser entendido como um símbolo do extremo desconforto social gerado pelos traumas de uma cidade em constantes guerras e disputas políticas.

Para Sófocles, tanto em *Electra* (v.947) quanto em *Antígona* (v.531), o ideal de modelo feminino, fustigado por disputas familiares, resulta na restituição da honra familiar através do sacrifício pessoal, equiparando-se, de certa forma, à noção de “bela morte” (Vernant, 1979: p.31-62). Ao que parece, as amigas/amigos se restringem àquelas do âmbito familiar, onde é possível construir certo nível de segurança e confiança frente às disputas políticas, indicando a importância da vida privada como local preferencial para a elaboração de laços de *philia*. Além disso, vemos o trabalho invisível do cuidado na hora da morte, amplamente conhecido por ser feito por mulheres, cumprindo a função de instruir que o primeiro e último tributo à cidade deve passar por mãos femininas. Polinices, irmão de Antígona, simboliza o corpo ultrajado de que fala Vernant, assim como o exílio e a fraqueza moral de Orestes, irmão de Electra, deixando ambas as protagonistas com a responsabilidade invisível de ter que lidar com as consequências dos atos de familiares.

Assim como nas tragédias, as peças de Aristófanes indicam a percepção popular que tentava imprimir certos parâmetros de como uma mulher deveria se comportar. *Lisístrata*, ao convocar as amigas para uma greve de sexo, de maneira a trazer de volta os homens para casa e minar os efeitos danosos da guerra do Peloponeso, resumia, através da concepção

aristofânica, um feminino *hybristés* (sem medida), artiloso, inconsequente e desequilibrado sexualmente. Logo, as mulheres juntas no mesmo espaço poderiam ser motivo de preocupação e comoção social. A inversão de sinais simbólicos com a substituição da fala pública de homens por mulheres potencializava a mensagem pelo oposto radical de onde ela saía. Isto é, as amizades entre mulheres representavam um comportamento a não ser seguido.

Ao mesmo tempo, serviam como suporte crítico à aspiração elitista da tragédia e da retórica (Aristófanes, *Tesmoforiantes*, v.52), encarnavam a impotência da fala pública (Aristófanes, *Lisístrata*, v.648) e a hipocrisia demagógica (Aristófanes, *Assembleia de Mulheres*, v.128-389), a sexualidade ambígua masculina (Aristófanes, *Tesmoforiantes*, v.295) e, numa segunda leitura que subjaz às ironias aristofânicas, o cansaço daqueles “deixados para trás”, como as mulheres, em ter que lidar com todos os aspectos da *polis*. A subversão da “voz da cidade” através da ação feminina indicava que a gravidade da crise social avançava a tal ponto que as mulheres soavam como indivíduos razoáveis ou porta-vozes incômodos que apontavam falhas nas instituições políticas, religiosas e culturais.

Porém, apesar da crítica velada a um suposto comportamento feminino descontrolado, sobressai, como pano de fundo, a possibilidade de articulação e união entre mulheres, incluindo mulheres de diferentes status e ocupações sociais. E, para além disso, evidencia-se a estafa social de uma política e de um modelo de governança onde o poder agregador da *polis* não encontra no tecido social mais frágil — as mulheres — a elasticidade econômica, social e jurídica para se manter articulado. Tal cansaço e angústia geram medidas desesperadas de um gênero que produz um trabalho social invisível, visto como passivo ou sequer visto como trabalho (organização do lar, despesas econômicas, organização simbólica e prática da estrutura familiar), tendo que também exercer um poder, voz e postura pública ativa não pensada — ou direcionada — para elas.

Podemos notar essas interações, entre a afronta e o cansaço, através do prisma de um período de desgaste político democrático fragilizado por anos de envolvimento na guerra do Peloponeso em *Assembleia de Mulheres*. Vemos a protagonista Praxágora tentar driblar a curiosidade do marido a respeito de suas atividades fora de casa (atividades políticas) e menciona que foi visitar “uma companheira, uma amiga que estava em trabalho de parto”, e que alguém havia sido enviado para buscá-la (v.529). O mesmo artifício cômico para despistar intenções envolvendo a mesma temática é utilizado em *Lisístrata*, quando uma personagem tenta fugir à greve de sexo ao mencionar a necessidade de uma parteira, pois está

em trabalho de parto (v.706). Interessante nessas peças é o princípio da astúcia (*métis*) como recurso narrativo aliado à prática social feminina de cuidado do corpo e da saúde.

Redes de Cuidado e Saber Feminino: Parteiras, Corpo e Cidade

Eurípides indica a amizade envolvendo mulheres e suas relações com o corpo ao mencionar o apoio e cuidado da enfermeira à saúde de Fedra: “Se sua doença é uma daquelas que não são mencionadas, aqui estão as mulheres para ajudar a ajustá-la aos direitos” (Eurípides, *Hipólito*, v. 294). O tragediógrafo repete o argumento de amparo à saúde feminina feito entre mulheres quando menciona a relação entre Alceste e a filha, afirmando que “sua mãe nunca a verá casada, não estará ao seu lado para encorajá-la no parto, (...) onde nada é melhor que a boa vontade de uma mãe” (Eurípides, *Alceste*, v. 319).

A respeito da natureza fisiológica do corpo feminino, a não equivalência entre homens e mulheres pode ser atestada em diversos escritos relativos à natureza de cada um, expressos no meio social e político, como em Platão (*República*, V, 455d-e) e em Aristóteles (*Política* 1.1254b). Este último também tratou das qualidades inferiores do feminino através da análise e comparação do comportamento biológico (*Geração dos Animais*, 726b-737a).

É interessante notar que Platão, ao mencionar em *Teeteto* as debilidades e qualidades do corpo humano, comparava a capacidade das parteiras — entre elas sua mãe, Fenarete — e das mulheres em incentivar o nascimento e a geração da vida à habilidade masculina em produzir reflexões sobre a vida através da distinção entre o real e o imaginário, além de serem os principais responsáveis pela reprodução humana (Platão, *Teeteto* 149b-150c). Ainda que a passagem do *Teeteto* seja uma metáfora socrática para o “parto das ideias”, ela é reveladora ao utilizar o saber feminino — o ofício das parteiras — como analogia, permitindo-nos entrever o valor e o conhecimento presente nessa rede de cuidado entre mulheres.

Ao se comparar com as parteiras e se considerar um “provedor de ideias”, Sócrates indicava que a capacidade de abstração não era comum às mulheres, apenas sua ação material, que no caso era feita através do nascimento. Essa comparação entendia que, para além da participação feminina, o papel da parteira tinha importância relativa de acordo com a função médica, pois eram “dignas no exercício do trabalho e evitavam ser consideradas casamenteiras sob a suspeita de se tornarem alcoviteiras” (150a). Porém, ainda assim, eram consideradas “as únicas casamenteiras adequadas” (*idem*). Adequadas no sentido de saberem quais uniões produzirão os “melhores filhos possíveis” (149e).

Tais afirmações soam como confirmação e, ao mesmo tempo, paradoxo a respeito dos malefícios advindos das amizades entre mulheres. A fala indica que a proximidade e possíveis laços de amizade entre mulheres casadas, solteiras, parturientes, mães e parteiras pode incentivar uma necessidade democrática (o casamento). Porém, pode também incentivar discussões a respeito das preocupações femininas envolvendo a relação sexo/corpo. Essas preocupações passavam, por exemplo, pelo reconhecimento de práticas médicas para o conforto feminino na hora do parto, com o uso de drogas para aliviar ou estimular dores, com o uso de encantamentos e práticas abortivas “se assim desejassem” (149c-d).

O cuidado do corpo, do ponto de vista da segurança biológica e da saúde das mulheres, não assume protagonismo social explícito para os atenienses do período clássico, pois o que interessava era a capacidade feminina e da profissão de assegurar a estrutura democrática através do nascimento de novos cidadãos. Isso pode ser atestado por Platão quando menciona que o exercício da profissão deveria ser realizado após passado o tempo da concepção e que mulheres estéreis em idade reprodutiva não eram capazes de se tornarem parteiras, pois não possuíam habilidades conferidas pela maternidade (149b). Esse exercício só teria sido possível para mulheres mais velhas que não conceberam, pois Ártemis, uma deusa sem prole, conferiu essa possibilidade, “honrando-as por sua semelhança com ela” (*idem*). Tal conhecimento sobre práticas relativas ao parto pode ter vindo da mãe de Sócrates, que também era parteira; sendo uma mulher mais velha, em idade não reprodutiva e também cidadã, daria a entender que tais práticas poderiam não se restringir a escravas, estrangeiras ou mulheres sem laços cidadãos.

Se olharmos para a tradição hipocrática, a comparação do comportamento feminino ao de animais atesta a busca de semelhanças e diferenças na estrutura psicológica e emocional que levam à gravidez e ao parto (*Doenças das Jovens*, 2.217, L 8.420). Semônides de Amorgos, já no século VII a.C., exemplifica com o Fragmento 7 essa relação ao comparar comportamentos femininos a oito espécies de animais (porca, raposa, cadela, burra, doninha, égua, macaca, abelha) e dois elementos naturais (terra, mar), todos associados a um aspecto selvagem porém gerador e fecundo. Esses escritos apontam uma irracionalidade inerente ao corpo feminino, expressa de forma mais complexa e detalhada que a aristotélica, que pouco explora as consequências físicas e a influência do corpo das mulheres na *polis*. Ao tentar descrevê-las, ambos os autores expressavam como se estruturam os elementos que compunham o universo *poliade* e as maneiras como deveriam ser controladas. Controlar o

corpo, o espaço de ação e as conexões femininas fazia com que o impacto da democracia sobre a *polis* não causasse danos à estrutura social e política implementada.

Isso significava dizer que o cuidado do corpo, a segurança biológica e a saúde das mulheres e suas amigas não assumiram protagonismo social, pois o que interessava era a capacidade feminina de fortalecer a estrutura democrática através do nascimento de novos cidadãos. Se persistirmos na trilha aristotélica, as parteiras poderiam ser consideradas indivíduos duplamente “menores”, tanto pela condição de serem mulheres quanto por sua função social, pois Platão menciona que o ofício não deveria ser celebrado. Porém, esse ideal não parece corresponder a uma realidade esperada, tanto é assim que as comédias, tragédias e oradores deixam escapar que uma das saídas femininas para o espaço público era dirigir-se à casa de outra mulher para cuidar de sua saúde física e mental. Essas eram uma das armas invisíveis do cuidado social feminino que, apesar de guerras, sátiras e tragédias, construiu táticas que mantiveram o que restou da unidade *poliade* e a chama das práticas democráticas acesa.

Considerações Finais

Em todas as conexões de amizade aqui pensadas, compreendemos que a ocupação do espaço no sentido heterotópico, atribuído por Foucault (2001), soma, apesar das inversões, um espaço de valores que circundam o gênero feminino na sua relação com a cidade. Entre peças e orações, a heterotopia se realiza devido ao fato de o espaço público e a amizade entre mulheres serem dois elementos propensos ao controle e à discussão masculina ateniense, sendo o último conceito central na vida social e política da *polis*. Ainda que o tempo manobre o espaço para as relações em curso, as táticas e micro-táticas, como apregoa Certeau (2002), encontram na “arte do fraco” o ponto crucial, a força de suas ações, a ponto de servirem de contraexemplo no teatro.

A *philia* entre mulheres poderia soar como ameaça implícita à preponderância masculina, porém o valor heterotópico da rede de saberes se fortalecia da mesma maneira que as relações se estreitaram. Não deixando, ao final, perder de vista o *oikos* como bastião físico de uma imposição social privada. Ainda assim, apesar de imposições sociais, sexuais e culturais, as mulheres deixavam entrever, entre frases, orações e representações em objetos iconográficos, o pertencimento à cidade através de uma participação ativa ainda que velada: na celebração de cultos públicos, em visitas a templos, no cuidado aos mortos ou numa

simples troca de gentilezas com as vizinhas ao lado.

O binômio sexo/corpo busca expressar um desejo cidadão, ainda que indireto, no caso feminino, do cuidado de si. O termo “cuidado de si” remete às preocupações de Foucault (1988) quanto ao estabelecimento de uma norma social ética a partir de uma estrutura estética e lança luzes sobre a maneira como poderia ser concebida a relação corpo/comportamento a partir de uma visão socrático-platônica. Porém, sua concepção apenas introduz a reflexão para aquele universo espaço-temporal masculino e cidadão, possivelmente atingindo de maneira paralela quem não ocupava o centro das discussões *poliades*, como as mulheres. Isso significa dizer que “o termo *epimeleia* (*heautou*) não designa simplesmente uma preocupação, mas todo um conjunto de ocupações” (Foucault, 1984: p.55) que estão vinculadas à reflexão filosófica a respeito da alma, e cujo tratamento do corpo ético prevalece e interfere na estrutura física.

A partir disso, entendemos a base do pensamento de Platão a respeito da não importância do corpo feminino na política e a condição biológica inferior expressa por Aristóteles, em que o cuidado do corpo da mulher era associado à natureza e à vida selvagem. Essa condição pode ser explicitada pela maneira como se racionalizava cada elemento estruturante da *polis*, e que recaiu na construção dos compêndios hipocráticos sobre a saúde da mulher, por exemplo. Considerada tendo comportamento biológico diferente do masculino, a mulher respondia a estímulos físicos próximos aos de animais. Portanto, controlar o corpo, o espaço de ação e as conexões femininas fazia com que o impacto da democracia sobre a *polis* não causasse danos à estrutura social e política implementada — mas isso não impediu que as mulheres, nas brechas desse controle, tecessem as redes de *philia* e cuidado que mantiveram a cidade de pé.

Referências Bibliográficas

ARISTÓFANES. Lisístrata. In: **Aristophanes: Birds, Lysistrata, Women at the Thesmophoria**. Trad. Jeffrey Henderson. Boston: Harvard University Press, 2000.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Lucía Rodríguez-Noriega Guillén. Madrid: Gredos, 1997.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).

BASCOU-BANCE, P. **La mémoire des femmes**: anthologie. Paris: Les Guides MAF, 2002.

- BELFIORE, E. *Murder Among Friends: Violation of Philia in Greek Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BENVENISTE, E. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Paris: Minuit, 1969.
- BLUNDELL, S. *Women in Ancient Greece*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- BOOTH, A. The Age for Reclining and Its Attendant Perils. In: SLATER, W.J. (ed.). **Dining in a Classical Context**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991, p. 105-120.
- CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHANTRAINE, P. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque**. Paris: Klincksieck, 1998.
- DEMÓSTENES. **Contra Neera**. [Demóstenes] 59. Trad. Glória Onelley. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- EURÍPIDES. Hécuba; Electra; Alceste; Hipólito. In: **The Plays of Euripides**. Trad. E. P. Coleridge. London: George Bell and Sons, 1891.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HIPPOCRATES. Diseases of Young Women. In: **Hippocrates Volume IX: Coan Prentions / Anatomical and Minor Clinical Writings**. Translated by Paul Potter. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010. (Loeb Classical Library, No. 509)
- HOMERO. **Ilíada**. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Benvirá, 2003.
- HOMERO. **Odisseia**. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2014.
- LIDDELL, H.G.; SCOTT, R. **A Greek-English Lexicon**. Oxford: Clarendon Press, 1940.
- LÍSIAS. **Discourses**. Translated by W.R.M. Lamb. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1930. (Loeb Classical Library)
- PLATÃO. **Banquete**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Ed. UFPA, 2013.
- PLATÃO. **Leis**. Trad. R.G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1967-1968.

PLATÃO. **República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLATÃO. **Teeteto**. Trad. Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

ROBSON, J. "Aristophanes, Lysistrata, and the Politics of Female Friendship". **Classical Quarterly**, v. 63, n. 1, p. 259-273, 2013.

SÓFOCLES. Antígona; Electra. *In: The Antigone of Sophocles*. Ed. Richard Jebb. Cambridge: Cambridge University Press, 1891.

VERNANT, J.-P. "A Bela Morte e o Cadáver Ultrajado". **Discurso**, São Paulo, n. 9, p. 31-62, 1979.

XENOFONTE. Memoráveis; Econômico. *In: Xenophon: Memorabilia, Oeconomicus, Symposium, Apology*. Trad. E.C. Marchant e O.J. Todd. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

Recebido: 15/10/2024

Aprovado: 20/10/2025

ARTIGO LIVRE

CARÊNCIA DE BRAÇOS NAS PROVÍNCIAS DO CEARÁ E DO MARANHÃO: CHEGADA DE COLONOS EUROPEUS E ÊXODO DE TRABALHADORES NACIONAIS (1848-1911)

LABOR SHORTAGE IN THE PROVINCES OF CEARÁ AND MARANHÃO: ARRIVAL OF
EUROPEAN COLONISTS AND EXODUS OF NATIONAL WORKERS (1848-1911)

Edgar Braga Neto*

Resumo: Neste artigo, analiso o fenômeno da “carência de braços” nas províncias do Ceará e do Maranhão. Como a temática da transição do trabalho escravo para o trabalho livre é ampla, trato somente das migrações que se originaram no semiárido e da colonização estrangeira, através da perspectiva da história comparada, ao salientar as semelhanças, variações e interinfluências do problema da mão de obra em tais províncias. O estudo avança na compreensão de que, embora a ação do Estado para solucionar o problema da mão de obra tenha se concentrado somente na região Sul, reforçando assim as desigualdades regionais, as províncias do Norte organizaram, cada uma a seu modo, e enfrentando a adversidade do clima e a falta de apoio estatal, núcleos de colonização estrangeira. Isso quer dizer que a questão climática não pode ser tratada apenas como ideológica, como fez Evaldo Cabral de Mello; e que não houve preferência dos produtores do Norte pelo trabalho escravo, como escreve Emília Viotti da Costa.

Palavras-chave: Ceará; Maranhão; Fluxos Migratórios.

Abstract: In this article, I analyze the phenomenon of "labor shortage" in the provinces of Ceará and Maranhão. Since the topic of the transition from slave labor to free labor is broad, I will only address migrations originating in the semi-arid region and foreign colonization, through the perspective of comparative history, highlighting the similarities, variations, and interinfluences of the labor problem in these provinces. The study advances the understanding that, although the State's action to solve the labor problem has been concentrated only in the southern region, thus reinforcing regional inequalities, the northern provinces, each in its own way and facing the adversity of the climate and the lack of state support, organized centers of foreign colonization. This means that the climate issue cannot be treated solely as ideological, as Evaldo Cabral de Mello did; and that there was no preference among producers in the North for slave labor, as Emília Viotti da Costa writes.

Keywords: Ceará; Maranhão; Migratory flows.

* Doutor em Sociologia e professor do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará (ICA/UFC). E-mail: edgarbraganeto@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3232-1779>.

Introdução

Com a lupa da história comparada, acompanho como as províncias do Ceará e do Maranhão foram solucionando o famigerado problema da mão de obra. Ao compará-las, percebo que há diferenças, semelhanças e influências mútuas no conjunto de ações realizadas para equacionar a questão da falta de trabalhadores. Todavia, as semelhanças existentes entre as ações de governo e de particulares não permitem excessivas generalizações, como fizeram os historiadores que reduziram as experiências das províncias do Norte com a colonização estrangeira ao fracasso. Realmente, quando se compara tais experiências com as que ocorreram no Sul, como, por exemplo, na colônia de São Leopoldo, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Rückert, 2013), percebe-se que não foram bem-sucedidas, mas extrair delas somente o resultado final, ou exigir delas uma entrada maciça de imigrantes europeus, é perder o esforço realizado por cada uma dessas províncias do Norte para suprir a sua “carência de braços”. Esforço esse que tinha um objetivo em comum, porém se realizou de forma diferente em cada província da região. No caso em estudo, se eu me limitasse a dizer que as experiências do Ceará e do Maranhão com a colonização estrangeira não foram exitosas, deixaria de transmitir uma infinidade de detalhes importantes para a história social, que diferenciam bastante as duas experiências. Assim, tais dimensões só são percebidas e compreendidas mediante a ferramenta da história comparada, porque, sem essa ferramenta, dificilmente o pesquisador captaria as semelhanças, diferenças e influências sobre o problema da mão de obra nas províncias do Norte.

Mas quando os historiadores refletem sobre as experiências de colonização estrangeira na região Norte, sem deixar de confrontá-las com as colônias no Sul, é para negá-las, como fez Bandeira Tribuzi (2011, p. 46), ou descrevê-las como um aspecto do atraso nordestino. Nesse sentido, Peter Eisenberg salienta (1973, p. 598): “níveis diferentes de prosperidade em Pernambuco e São Paulo contribuíram mais do que quaisquer outros fatores para que a imigração europeia no Brasil se concentrasse no Centro-Sul”. Da mesma forma, Emília Viotti da Costa (2010) torna comum as experiências com a colonização estrangeira nas províncias do “Nordeste” – insignificantes, no geral – porque os produtores eram afeiçoados à escravidão, o que fazia a região continuar atrasada. Ao concordar, então, com Augusto Milet, a historiadora afirma que, “para a grande maioria dos fazendeiros do Nordeste, o escravo continuava a ser mão de obra preferida” (Costa, 2010, p. 43). As experiências com a colonização estrangeira das províncias do Norte, e não do Nordeste – como pensam Emília Viotti e Peter Eisenberg, pois nessa época o Brasil era dividido somente em duas regiões,

Norte e Sul (Menezes, 2005) – revelaram, para esses historiadores, somente o atraso econômico e cultural da região, porque não concentraram imigração europeia ou não tiveram condições de atrair trabalhadores livres como atraíram as províncias do Sul.

Ao generalizar as experiências de colonização estrangeira no Norte, tornando-as semelhantes, porque, do ponto de vista do capital, elas fracassaram, esses historiadores não perceberam que o suposto “atraso nordestino” foi utilizado pelo governo imperial, já instrumentalizado pelas elites cafeeiras, para não direcionar para a região os investimentos que acompanhavam a instalação das colônias de imigrantes, e, por consequência, dificultar a imigração estrangeira para o Norte. Além disso, eles não consideraram as variações existentes entre tais experiências. Desse modo, não se sabe dos russos e polacos que, “sem uma boa colocação na América do Norte”, migraram para a cidade de São Luís, instalando-se no núcleo colonial 24 de agosto (Maranhão, 1891); ou dos norte-americanos que, devido à Guerra de Secessão, vieram para o Brasil, mas, em vez de escolher as colônias do Sul, preferiram Garanhuns, em Pernambuco; ou dos açorianos que vieram para o Ceará em 1836 (Girão, 2000). Isto é, as províncias do Norte também atraíram milhares de imigrantes: tanto governos quanto produtores da região se aproveitaram do estabelecimento de um circuito mundial de mão de obra no século XIX, que foi responsável pela “maior migração dos povos da História” (Hobsbawm, 1996, p. 271). Mas tal circuito, formado por empresas de navegação, agenciadores, casas comerciais, políticas de incentivo à imigração etc., foi criando estruturas diferenciadas de recepção para os migrantes, reduzindo dessa forma as possibilidades de generalização desse processo histórico.

Assim, embora as províncias do Ceará e do Maranhão estivessem localizadas na mesma região geográfica – no Norte – é importante dizer que havia diferentes ecossistemas em tal região. O Maranhão está sob o domínio do clima amazônico, mata dos cocais e cerrado. Excluindo as serras úmidas, o Ceará está preso à caatinga, onde predomina o clima semiárido. Nos verões secos e prolongados do Ceará, uma parcela expressiva de cearenses migrava, “por ocasião das secas”, para o Maranhão, onde ainda havia florestas (Lopes, 1970, p. 71). Tal migração demonstrou que o clima do Norte era multifacetado e influenciava as correntes migratórias. As secas do Ceará e as doenças tropicais do Maranhão formavam, pois, uma contrapropaganda à imigração. Isto é, a questão do “clima do Norte”, utilizada para atravancar a imigração de europeus para a região, não foi tão somente ideológica, como pensa Evaldo Cabral de Mello (1999).

Havia, também, entre essas províncias acentuadas diferenças no processo histórico

de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em 1884, o Ceará se tornou a primeira província a abolir a escravidão, pois nela o trabalho livre era dominante, já que tinha a pecuária extensiva como principal atividade econômica. Nas fazendas do Ceará não havia, diferentemente do que assegura Emília Viotti da Costa (2010), preferência pelos escravizados como força de trabalho. No Maranhão, não havia secas periódicas como no Ceará, mas o problema da mão de obra tornava-se gravíssimo, porquanto havia, à espera de colonos, grandes extensões de terra que ainda se encontravam praticamente desertas.

Contudo, além das diferenças, houve semelhanças: como a dos fazendeiros de ambas as províncias, que tiraram proveito da sede de braços dos cafeicultores do Sul, para negociar seus escravizados, dando impulso ao tráfico interprovincial (tendo como fluxo a saída de cativos do Norte para o Sul), o que fez com que, apesar dos lucros, diminuíssem a oferta disponível de mão de obra na conjuntura do fim do tráfico negreiro, na qual o preço dos escravizados teve significativa elevação. Houve, ainda, interinfluências em várias esferas (cultural, econômica, social), provocadas pelas migrações de cearenses (trabalhadores nacionais) que se deslocaram para o Maranhão.

Portanto, ao comparar as províncias do Ceará e do Maranhão no tocante ao problema da mão de obra, apresento importantes subsídios para a história social. Nesse exercício tenho o contexto da abolição, que vai desencadear a crise da mão de obra e a busca por imigração estrangeira, e a derrocada da borracha amazônica, que vai se refletir diretamente nas migrações do Ceará, como marcos temporais. Assim, escrevo sobre o êxodo no Ceará, que servirá para preencher a falta de trabalhadores nas províncias do Norte, sendo também canalizado para o Sul, através de uma articulação entre governo central e o presidente da província em 1888, e, depois, em 1900, por meio da força do governo federal e da bancada do Sul. Escrevo também sobre a colonização estrangeira no Maranhão, em especial: a de portugueses do Porto; a tentativa de colonização estrangeira no Ceará; e a migração de cearenses para o Maranhão, migração fundamental para promover o desenvolvimento da economia maranhense.

Êxodo no Ceará

É no século XIX que o sertão do Ceará deixa de ser um lugar atrativo para mão de obra, em virtude da riqueza proveniente do algodão, e se torna um lugar repulsivo, devido à miséria causada pela redução da produção algodoeira. Há outros impulsores das correntes

migratórias que se iniciavam no interior cearense, dentre eles, os que mais sobressaíram, foram as grandes secas, que provocavam a falência da pecuária e o declínio da produção agrícola, e o subsídio de passagens, organizado tanto pelo governo imperial quanto pelos governos provinciais. O governo central incentivou o deslocamento para as fazendas de café no Sul; e as províncias, sobretudo Amazonas e Pará, estimularam a viagem dos sertanejos para a extração do látex na floresta (Weinstein, 1993). Esperançosa, a população sertaneja viu oportunidades reais de transformar suas condições de vida através do engajamento na colheita do café e na extração da borracha – as mais importantes economias da época.

Os migrantes faziam parte do grupo de mais de três milhões de homens desaproveitados e mal aproveitados por todo o território nacional, em fins do século XIX (Rebouças, 1988, p. 50). Diante da situação de abandono, aproveitaram a chance de embarcar nos paquetes e se retiravam do seu torrão natal. Tinham, pois, a possibilidade de se libertar, através do trabalho noutras paragens, da dependência de mandões locais e de uma terra que, somente no último quartel do século XIX – em 1877-1879, 1888-1889 e 1900 – sofreu os rigores de três grandes secas.

Para o Norte amazônico, as correntes migratórias que saíam do Norte semiárido foram mais volumosas do que as que se destinavam ao Sul, até pelo menos 1950. No século XIX, a transumância de mão de obra para o trabalho na seringa se tornou uma das maiores migrações internas do país: conforme Celso Furtado (2009, p. 202), de meados do século XIX até o primeiro decênio do século XX, “a população destacada para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas”. Joaquim Alves (1945, p. 342) afirma que, de 1869 a 1899, mais de 300 mil cearenses emigraram, sendo 255 mil para Amazônia e 45 mil para o Sul. Assim, para se ter uma ideia dessa diferença de fluxo entre as duas regiões, basta acompanhar o número de migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza entre 1892 e 1897, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza nos vapores do Loide Brasileiro de 1892 a 1897

Ano	Destino		Número de Emigrantes
	Norte	Sul	
1892	13.593		13.593
1893	7.380	1.795	9.175

1894	4.443	1.489	5.932
1895	9.092	2.089	11.181
1896	9.686	1.894	11.580
1897	7.312	1.787	9.099
1892-1897	51.506	9.054	60.560

Fonte: Dias (1913, p. 241).

De acordo com Dias (1913), a migração cearense, resultante do êxodo rural, era de grande dimensão, com a saída de mais de 60 mil pessoas num período de 5 anos, isto é, uma média de 12 mil pessoas por ano⁷. A migração para o Sul era de menor proporção, porém não deixa de ser significativa, mesmo que ainda se configure como uma lacuna em nossa historiografia (Braga Neto, 2021). Para a época os números impressionam, especialmente no tocante às migrações internas.

O setor produtivo agitava-se, então, com o êxodo, porque o salário já subia devido à falta de trabalhadores: “Dessa fuga de pobres contínua tem resultado não se encontrarem mais na Fortaleza nem criados, nem serventes, nem operários, e o salários terem subido tanto, que se acha paralisado o trabalho em quase todo o Estado” (Motins no Pará, 1911, p. 1). Em 1897, José Pompeu Pinto Acióli, secretário do Interior e irmão do presidente Acióli, preocupava-se com a situação econômica da província frente a essa migração, pois “o Ceará despovôa-se de dia para dia e as indústrias e a agricultura definham pela carência absoluta de braços e concomitante elevação do salário” (Ceará, 1897a, s/p). Como quer que seja, as províncias do Norte, que necessitavam de mão de obra, subsidiavam a viagem dos cearenses para seus territórios, alistando-os para o trabalho na seringa, na lavoura, em destacamentos policiais: “Dinheirosos Estados contribuem para a espoliação, enviando agentes para contractarem praças para preenchimento dos claros dos seus regimentos policiaes. Este tráfico não deve continuar” (Ceará, 1893, p. 14)⁸. Assim, os cearenses só chegaram ao extremo Norte porque usufruíram das passagens subvencionadas; do contrário, teriam alcançado apenas as províncias vizinhas e as cidades do litoral.

O objetivo dos migrantes não era apenas fugir das secas, mas também ascender socialmente, pois a extração da borracha estava em alta no mercado internacional, e isso

⁷ Não informo o total de emigrantes para o Sul, referente ao ano de 1892, porque há essa lacuna na documentação. Nessa documentação, também, não existe uma especificidade maior dos locais de destino.

⁸ Sobre as fontes citadas, adoto a orientação historiográfica de manter a grafia da época.

repercutia no sertão através dos agenciadores de mão de obra – os paroaras – que prometiam um futuro promissor para os indivíduos que trabalhassem na seringa. Tal futuro contradizia as representações, criadas pelo governo do Ceará, sobre o contexto de origem, o local de destino, o trabalho e o migrante. Para o governo do Ceará, o migrante era “inexperto”, facilmente “seduzidos por falazes promessas de lucros” (Ceará, 1897a, s/p); o trabalho na seringa era visto como “cativeiro humilhante”; o local de destino era tido como “empresa de aventuras” (Ceará, 1899, p. 27); e o contexto de origem era descrito como “uma vida plácida, parcimoniosa, com as alegrias da convivência e da saúde” (Ceará, 1899, p. 27). Entretanto, tais representações não demoviam dos sertanejos a vontade de migrar, pois eles eram atraídos mais pelo dinheiro do paroaras do que pelo discurso do governo. Já para a oposição ao governo do Ceará, o êxodo tinha ligação direta com o liberalismo de Acióli, que era do tipo que não construía um açude na terra da seca (Teófilo, 2001, p. 6 e ss.), e, também, com a politicagem promovida pelo seu grupo: “O povo sabe como é ruim a politicagem dos Acciolys; os cearenses sofrem callados as maiores affrontas, para não morrer, o Estado definha e se despovôa” (Acciolys, 1910, p.1).

Para manter a suposta “comunhão social”, inventada pela oligarquia Acióli, o governo do Ceará aplicava novas regras, como a de “impedir o embarque dos menores não sendo acompanhados de seus legítimos responsáveis” (Ceará, 1897b, p. 26). Dessa forma, o governo Acióli atacava os menores de idade, que ainda não respondiam pelos seus atos, e, ao contrário do que possa parecer, tal grupo não era irrelevante na composição dos fluxos migratórios (Menezes, 2001, p. 18). Além disso, o governo estadual criou a famosa “folha corrida”, imposto esse que custava vinte mil réis de cada indivíduo que buscasse deixar a província (Teófilo, 1980, p. 39-40). E, ademais, os municípios cearenses começaram a taxar o “agenciador de voluntários”, que tinham como objetivo angariar braços para os seus contratantes (Ceará, 1893, p. 14-15). Mesmo com tais medidas, os cearenses fugiam da indigência material da vida sertaneja, porque sentiam-se atraídos pela promessa de riqueza fácil dos paroaras. Para o governador Acióli, isso não era um traço da sua falta de recursos, mas sim da sua falta de experiência, que os impedia de perceberem que estavam sendo ludibriados pelos agenciadores de mão de obra. Com isso, Acióli tentava blindar o seu governo do problema da migração, sem deixar de alertar os “inexperitos conterrâneos” dos perigos da Amazônia, “dessa misteriosa e mórbida atração dos pantanaes” (Ceará, 1899, p. 27).

Já a migração de cearenses para o Sul teve início no século XIX e foi incentivada pelo Império (leia-se cafeicultores). Migração essa que foi, demasiadamente, negada pelas ciências sociais (Hasenbalg, 2005, p. 271). Tal migração, que, no século XX, se tornará estável e robusta em virtude da industrialização concentrada na região, deve-se, sobretudo, a três nomes – Antônio Prado, Caio Prado e Campos Sales. Seus interesses giravam em torno dos negócios do café, que estavam ameaçados pelo avanço do abolicionismo (Faoro, 2008, p. 548). Coincidiu, portanto, às vésperas da abolição, o esvaziamento das fazendas do Norte, por causa das secas, com o abandono da colheita de café pelos escravos no Sul, em virtude da propaganda abolicionista. Como já eram acostumados a transferir os cativos do Norte para o Sul, os cafeicultores planejavam deslocar os retirantes para as suas herdades, enquanto organizavam a imigração europeia. Em 1888, Antonio Prado, secretário de agricultura do Império, sem dar ouvidos aos comerciantes e fazendeiros do Ceará, materializou essa ideia, juntamente com seu irmão Caio Prado, que na época era presidente do Ceará, ao incluir as passagens de navio como socorro público para os retirantes (Brasil, 1888, p. 1), como o Estado já tinha feito na seca de 1877-1879 (Gonçalves, 2006). Em vez de esmolas ou do aproveitamento da mão de obra ociosa dos retirantes na construção de obras públicas na caatinga sertaneja, o socorro público se transformava em passagens de navio, levando, nos primeiros seis meses de 1889, 9.052 retirantes para o Sul, como demonstra este quadro:

Quadro 2 – Migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza no primeiro semestre de 1889

Destino	Ano de 1889						Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	
Alagoas	3	0	7	5	0	22	37
Bahia	2	0	27	6	4	2	41
Espírito Santo	424	0	111	274	193	14	1.016
Minas Gerais	0	0	1	0	0	0	1
Paraíba	5	0	2	0	20	0	27
Pernambuco	0	11	26	29	73	61	200
Rio de Janeiro	1.385	71	1.389	1.743	641	576	5.805

Rio Grande do Norte	0	1	3	0	0	0	4
Rio Grande do Sul	0	0	0	1	0	0	1
Santa Catarina	0	0	2	0	17	0	19
São Paulo	1.212	13	187	243	89	265	1.909

Fonte: (Ceará, 1889, s/p).

Dos 9.052 retirantes, 8.730 foram para as províncias produtoras de café – Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Para as demais províncias, tem-se um número reduzido de retirantes, indicando que esse fluxo era daquele que, em vez de apoio oficial, só contava com uma simples, amigável ou familiar, rede de acolhimento. O fato de o Rio de Janeiro ter recebido o maior número de migrantes levanta a hipótese de que eles se direcionaram para o Vale do Paraíba, onde os cafeicultores, supostamente falidos, não tinham condições financeiras para trazer imigrantes europeus para as fazendas e sítios, sendo mais viável contar com a mão de obra dos retirantes. No geral, na seca de 1888-1889, 30 mil cearenses migraram, ou seja, quase um terço deles foi para o Sul, graças ao governo central, articulado com a presidência da província. A seca de 1900 empurrou 40 mil retirantes para fora da província, sendo que somente 2.043 foram para o Sul (Teófilo, 1980, p. 120). Tal estiagem foi marcada pelo embate entre o presidente Campos Sales e a bancada do Sul, que insistiam em dar como socorro passagens de navio para o Sul, e o governador Pedro Borges, que integrava a oligarquia Acióli. A rusga foi tão intensa que o governo do Ceará declarou que preferia perder braços para a Amazônia do que para o Sul, alegando que o fluxo para a floresta era antigo e, por isso, já contava com redes sociais para ampará-los.

O êxodo no Ceará tinha, então, fortes impulsores. Primeiro, a situação econômica da região, com a redução drástica na produção de algodão, e o liberalismo oligárquico – que articulava um programa liberal com práticas políticas oligárquicas, limitando desse modo a democracia e cidadania na Primeira República (Resende, 2021). Segundo, as grandes secas que desestabilizaram a região semiárida, ao expulsar os pequenos lavradores e moradores do campo. Terceiro, o assédio dos estados do Norte amazônico e do Sul, que precisavam de mão de obra para dar impulso à extração da borracha e à colheita do café. Assim, o Maranhão, que já recebia uma migração tímida de cearenses impulsionada pelas riquezas de outrora, acabou se aproveitando das correntes migratórias que seguiam para o extremo Norte, pois está

localizado nas portas da Amazônia, onde milhares de retirantes desembarcaram, para tentar a sorte em seus currais, engenhos e fazendas.

Colonização estrangeira no Maranhão

A economia do Maranhão foi uma das que mais cresceram em fins do século XVIII por causa do algodão. Ao contar com o fornecimento de mão de obra escrava, implementos e insumos agrícolas e créditos aos produtores, via Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal, a economia maranhense se expandiu de 1756 a 1808 (Tribuzi, 2011). Já no século XIX o comércio da malvácea perdeu fôlego em razão das guerras na Europa e da colheita abundante nos EUA. Segundo o presidente Antônio Joaquim Alvares do Amaral, a decadência da província se devia ao algodão e ao desânimo das classes produtoras com a falta de trabalhadores: “Lavradores têm enfraquecido em seus trabalhos, mesmo pela falta que se experimenta de braços” (Maranhão, 1848, p. 33).

Diante da necessidade de força de trabalho, logo surgiram entusiastas com a colonização estrangeira, como Eduardo Olímpio Machado, que, além de Goiás, presidiu a província do Maranhão. Para ele o governo do Maranhão devia contrabalançar a falta de braços, “que cada dia vai-se tornando maior, à proporção que os escravos vão adquirindo aumento de preço no mercado do Rio de Janeiro”, com o melhoramento das vias de comunicação e dos processos empregados na indústria rural, e, obviamente, com a introdução de colonos (Maranhão, 1852, p. 10).

O clima que poderia ser um estorvo para os brancos europeus não assustava o entusiasmado presidente Olímpio Machado, pois a província tinha solo fértil – elemento fundamental para a sua riqueza. Se havia um óbice, que não era apenas do Maranhão, mas do Brasil, esse era a escravidão. Em suas palavras: “Não é certamente o ardor do sol, que afasta o europeu dos trabalhos rurais em nosso país, o que os afasta é a escravatura” (Maranhão, 1851, p. 45). Para ele a mancha da escravidão na história do Brasil teria marcado indelevelmente as relações de trabalho no campo, fazendo com que os colonos europeus evitassem vir ao país. Esse era o problema a ser enfrentado: por isso, deveria haver, primeiro, a abolição desse regime; já o clima abrasador dos trópicos seria, em sua visão, anulado pela fertilidade do torrão maranhense.

Assim como as demais províncias que sofriam com a “carência de braços”, o Maranhão também se aproveitou do estabelecimento de um circuito mundial de mão de obra no século XIX. Tal estrutura foi necessária para que os imigrantes chegassem às terras

maranhenses: portugueses da região do Porto, que engrossavam o fluxo migratório para o Brasil, instalaram-se nas colônias Santa Isabel e Petrópolis (Costa, 2018); os chineses, que vinham do Rio de Janeiro, foram para a colônia das lavras auríferas do Maracaçumé (Maranhão, 1855); os alemães que, por meio da casa comercial de José Vergueiro, vieram para São Luís, etc. Esses imigrantes, vindos de diferentes lugares e culturas, participavam de um movimento global de força de trabalho liberado para o processo de expansão do capital. Desse modo, o governo e os produtores do Maranhão não desperdiçaram o refluxo de imigrantes europeus que vinham dos Estados Unidos, as correntes migratórias que se direcionavam para os portos de Santos e do Rio de Janeiro, e as migrações que partiam diretamente de Portugal para a ilha de São Luís.

Em seu afã de atrair imigrantes, a província do Maranhão tinha o Ceará como exemplo na política de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo as palavras de Luís Alves de Lima e Silva – futuro Duque de Caxias – que presidiu o Maranhão enquanto sufocava a revolta popular da Balaiada: “Não seria menos proficuo que se estabelecesse huma sociedade de colonisação, igual a que no Ceará creou-se em virtude da Lei Cearense nº 46 de seis de Outubro de 1838” (Maranhão, 1840, p. 18). Os incentivos para a colonização estrangeira foram criados, mas não no tempo de Caxias, e sim nos anos 50 do século XIX, efeito da lei Eusébio de Queiroz. Mas, ao contrário do Ceará, que praticamente já não contava mais com o braço cativo, no Maranhão havia escravizados, “escravos da nação” (que trabalhavam em obras públicas) e trabalhadores indígenas. Porém, para o crescimento da indústria agrícola, a disponibilidade de mão de obra não era suficiente para suas enormes glebas desabitadas.

Sendo assim, foi nos anos 1850 que a província do Maranhão incentivou a vinda de imigrantes (de acordo com a lei provincial nº 312 de 24 de novembro de 1851), em razão da “falta de braços para satisfazer às necessidades da lavoura”, que era considerada como uma das causas do atraso de sua indústria agrícola (Maranhão, 1855, p. 34). Somente nesse decênio, no qual Olímpio Machado governou o Maranhão por quatro anos (1851-1855), foram criadas seis colônias estrangeiras: Santa Isabel, Petrópolis, Arapapá, Pericaúa, Maracaçumé e Santa Teresa. Havia, então, a necessidade de braços para expandir a lavoura e a pecuária – seja nas colônias, seja nas fazendas, seja nos engenhos, apesar das guerras entre fazendeiros e quilombolas, fazendeiros e indígenas – e, por isso, o governo do Maranhão buscava definir o perfil do imigrante que corresponderia aos anseios da sociedade:

Cumpra, portanto, animar o estabelecimento destas colônias, cuja principal indústria deve ser a agricultura, e é certamente um incentivo a concessão de prêmios aos importadores de colonos, sendo indispensável, porém, exigir deles a prova de que estes no paiz, de onde emigrarão, se empregarão na lavoura, e, também, que nenhum seja, em regra, maior de 40 annos, admitindo-se como exceção o chefe de alguma família; que na metade os colonos importados sejam casados e tragão consigo a família que tiverem. Com estas condições, e com as que garantão, nos respectivos contractos dos empresários, a sorte dos colonos, a fim de que não venhão embaídos por falsas e exageradas promessas e na esperança de auferirem lucros fabulosos, com quem jamais possam contar, e se não tornem descontentes depois, de modo que possam prejudicar o futuro da colonização; dest'arte, fiscalizando-se para que, em vez de elementos vitaes, não se inoculem no seio de nossa população princípios maléficis, germens de turbulência, indivíduos viciosos, senão cobertos de crimes, vagabundos de praia ou estradas, cujo transporte seja apenas uma especulação, um meio reprovado de satisfazer a ambição do importador; e assim vindo indivíduos que não tenham de subsistir simplesmente os escravos do sexo masculino, que não tenham por fim também preencher unicamente o vácuo, que cada dia se torna maior pela diminuição proveniente de seu transporte para o Sul, e da mortalidade, que não é de modo algum compensada pelos nascimentos em vista da máxima desproporção entre os dous sexos; e por este modo, vindo famílias que se tenham de reproduzir, de augmentar, e melhorar nossa população, aperfeiçoando mesmo as raças e plantando os hábitos de trabalho, e a necessidade de civilizar-o, seguindo os exemplos dos paizes cultos; desta sorte, finalmente, todo o sacrificio, que o tesouro publico provincial fizer, em favor da colonização, será um bem para o presente, e um maior bem para o futuro; de outro modo, não (Maranhão, 1856, p. 51-52).

Estava assim definido o perfil do imigrante para o Maranhão: jovem, morigerado e chefe de família; além disso, sem “princípios maléficis”, isto é, que não fossem socialistas, para propagar o socialismo pela província. Eles também deviam ser trabalhadores disciplinados, e não vagabundos “de praia ou estradas”, satisfazendo unicamente a “ambição do importador”, e não poderiam ser tratados como meros substitutos da mão de obra escrava pelos fazendeiros, pois isso causava entraves à imigração. Com efeito, as autoridades da província do Maranhão tinham em mente as primeiras experiências com a mão de obra estrangeira em São Paulo, que fracassaram, justamente porque os proprietários de terra tratavam os imigrantes como escravos, e os imigrantes se levantaram contra o escravismo da classe fazendeira, o que causou a proibição da vinda de alemães para o Brasil (Costa, 2010). Ademais, os imigrantes tinham que ser brancos para embranquecer a população mestiça do Maranhão que, segundo os teóricos racistas, eram inferiores, porque não tinham o hábito de trabalhar regularmente. Assim, o Maranhão recebeu 887 colonos, sendo, em sua maioria, portugueses do Porto, que aproveitaram a comunicação marítima existente entre as cidades do Porto e São Luís (Maranhão, 1856, p. 54).

Todavia o funcionamento das colônias não foi como se imaginava. Das seis colônias criadas nesse decênio, somente duas vingaram: as colônias de Santa Isabel e Petrópolis. Segundo as autoridades, foram vários os motivos desse insucesso com a mão de obra estrangeira:

Infelizmente, [...] o resultado da colonização europeia não correspondeu ao que se esperava; teve de arcar com sérias dificuldades, atribuindo-se os seus reveses à má escolha dos colonos; aos perigos da aclimação e aos embaraços da administração em um objeto tão complicado quanto estranho aos nossos hábitos (Maranhão, 1859, p. 25).

Desse modo, os relatórios da presidência da província indicam que os colonos que vieram para o Maranhão provinham de áreas urbanas, não sendo adequados para o serviço agrícola. Outra razão que impediu o crescimento das colônias foi, ao contrário do que pensavam Olímpio Machado e Evaldo Cabral de Mello (1999), a questão da aclimação – ou do “clima do Norte”, que, para eles, só existiu no discurso ideológico dos cafeicultores, cujo objetivo estava na obstrução de investimentos do Estado na infraestrutura de comunicação e transporte das províncias da região Norte, objetivando, então, centralizar tais investimentos apenas na região Sul e embaraçar a vinda de imigrantes para a região Norte. Entretanto, não se pode ocultar as dificuldades encontradas pelos colonos para se adaptarem aos trópicos, tendo sido acometidos de várias epidemias, chegando muitos a morrerem longe de sua pátria. Em 1856, na colônia Arapapá, que foi criada para fundar uma povoação europeia e construir um canal, os colonos já se apavoravam com o estado sanitário do local: “O estado sanitário é satisfatório na atualidade, tendo sido antes alterado por numerosos casos de febres intermitentes; e embora poucos fossem fatais, não deixou isto de derramar pavor entre os colonos” (Maranhão, 1856, p. 55). O clima da floresta era de difícil adaptação; mesmo na colônia Petrópolis, os colonos enfrentavam sérias dificuldades em seu novo ambiente: “O estado sanitario da colonia tem sido mau, bem como o de todo o município do Codó, em que tem reinado com intensidade a epidemia dysenterica e as febres intermitentes”. Na verdade, “os colonos tiverão a dupla infelicidade de chegarem allí em uma quadra doentia, e em tempo impróprio para dar começo aos trabalhos da lavoura” (Maranhão, 1856, p. 58).

Outra razão para o mau êxito do Maranhão com a vinda de europeus está na administração, nos seus embaraços em tratar de objeto estranho a seus hábitos, ou seja: a colonização estrangeira. Os colonos do núcleo Santa Teresa tiveram, por exemplo, que abandoná-lo, pois o empresário que o administrava, Antônio Corrêa de Mendonça

Bittencourt, foi deportado do Império por tentativa de homicídio, e assim eles “dispersarão-se pela comarca de Guimarães, empregando-se uns como jornaleiros em fazendas de lavoura; outros como feitores; e outros finalmente em diversas indústrias” (Maranhão, 1859, p.27). Isso, de certo modo, reforça a tese de Caio Prado (2012, p. 249), que defende que as colônias se tornaram “iscas” para os latifúndios. Assim no decênio 1850-1860, a experiência com a colonização estrangeira no Maranhão recebeu grande impulso, em razão da abolição do tráfico negreiro, mas foi malsucedida, tal como as primeiras experiências no Sul do país. A província do Meio-Norte teve que lutar com as doenças tropicais, a ambição do importador de mão de obra e, claro, a concorrência com as províncias sulistas, para implantar os seus núcleos coloniais.

Colonização estrangeira no Ceará

Para as presidências da província, a solução para o problema da falta de braços estava na imigração estrangeira. Tampouco se pode esquecer da busca incessante por mão de obra no território nacional, especialmente onde pudesse encontrá-la abundante e fácil de transportá-la. E na corrida desenfreada por trabalhadores, o governo do Ceará procurou, como as demais províncias, repovoar os seus campos com imigrantes europeus, já que os cearenses “inexperientes” continuavam fugindo das longas estiagens.

Assim, o governo do Ceará usou do expediente da imigração estrangeira em 1837, na administração do padre Alencar. Segundo o padre Alencar, a província do Ceará sofria com a falta de braços, visto que “a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos” (Alencar, 1837 *apud* Girão, 2000). Em suas falas, descrevia as ações que tomava com o fito de organizar a oferta de mão de obra na província, seja com a criação da Companhia de Trabalhadores, criada para alistar mão de obra nos municípios, seja com a colonização estrangeira. Aproveitando-se de uma corrente migratória que se estabelecia entre os Açores e o Brasil (Riley, 2003), ele introduziu 120 colonos açorianos na província. O resultado da experiência com os imigrantes não foi positivo, pois logo eles foram classificados de “ociosos”, “ladrões” e “assassinos”, e, desse modo, parte deles fugiu para outras províncias (Sousa e Meio, 1838 *apud* Girão, 2000, p. 311). Contudo, isso não impediu que se tentasse novamente a experiência da imigração.

Na seca de 1888-1889, o presidente do Ceará, o paulista Caio Prado, defendia implantar o serviço de imigração. Ao mesmo tempo em que pensava nos meios para trazer imigrantes europeus para o Ceará, ele e seu irmão, Antônio Prado, incentivavam a emigração

dos cearenses para o Sul. Assim, ele estimulava a emigração e buscava a imigração. Ele foi o único presidente do Ceará que impulsionara a migração de sua população numa quadra já de forte deslocamento populacional, porque considerava a emigração dos cearenses como única forma de combate à seca, e, para compensar a perda de trabalhadores, procuraria incentivar a colonização estrangeira. Uma das hipóteses para entender por que Caio Prado dava impulso a tal migração era a de que, por ser irmão de Antônio Prado, que, além de ser um dos maiores cafeicultores do país, estava, na época, à frente da pasta da Agricultura, ele seguia, pois, a orientação do seu irmão para a luta contra as secas, qual seja: a de enviar os retirantes para os cafezais. Apesar do fluxo de cearenses para o Sul, subsidiado pelo governo imperial, Antônio Prado instruiu Caio Prado para implantar o serviço de imigração na província do Ceará. Para tanto, só precisava Caio Prado seguir as indicações do seu irmão mais velho, o Antonico:

[...] respeitar a liberdade do imigrante de escolher a localidade e o modo da sua colocação; desenvolver núcleos existentes; organizar os planos de viação externa e interna; propor a organização das comissões técnicas que forem necessárias; colocar os imigrantes em territórios próximos dos centros de permuta, de maneira que dispunham de vias de comunicação; recomendar a criação de associações destinadas a divulgar as vantagens de imigração e colonização, a zelar os interesses dos imigrantes, a sugerir providências e a propagar ideias; e convocar os lavradores a iniciar nos seus estabelecimentos o trabalho do braço estrangeiro, assegurando que o governo imperial lhes fornecerá o transporte, a recepção e o agasalho dos imigrantes (Brasil, 1889, p. 1).

Dessa forma, Caio Prado e Antônio Prado compensariam o êxodo de cearenses que o governo imperial promovia⁹. Mas, no entanto, a substituição de mão de obra nacional por estrangeira não se realizaria facilmente, pois a província do Ceará teria que, primeiro, construir uma infraestrutura de estradas, colônias etc., para estar apta a receber os imigrantes, já que era necessário instalar tais equipamentos para dispor da mão de obra estrangeira. Assim, o Ceará pertencia ao grupo de províncias que não poderiam acolher os imigrantes devido à falta de infraestrutura exigida. No seletivo grupo das províncias que já estavam prontas para instalar os trabalhadores europeus, somente as províncias do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais), ou seja, apenas as que produziam e exportavam café.

⁹ O ministro Antonio Prado foi deveras criticado pela forma como conduzia a imigração – sobretudo na crise gerada pela saída de imigrantes de Blumenau, depois de 25 anos de estabelecimento na cidade catarinense, para o Rio da Prata – porque ele só quis “avolumar a corrente imigratória, sem cuidar do seu prompto e conveniente estabelecimento” (Taunay, 1889, p. 11). Disponho aqui de uma boa pista para entender por que, em uma época em que as ideias imigracionistas eram hegemônicas, Antônio Prado transferia os retirantes do Norte para Sul. A explicação é simples: preocupação com a colheita de café, que estava seriamente ameaçada pela falta de trabalhadores no contexto da abolição.

As províncias do Norte poderiam contar com o Império para fomentar a colonização estrangeira, através das leis 3.396 e 3.397, mas sem antes organizar as colônias e construir as estradas de ferro e de rodagem.

Além da malha viária e dos núcleos coloniais, outra justificativa para não incluir as províncias do Norte na política de imigração estava no “clima do norte”, que, segundo Evaldo Cabral de Mello (1999, p. 71-72): “O que designava simplificadamente como o ‘clima do norte’ serviu frequentemente de alibi às autoridades imperiais para justificar a inexistência de uma política de imigração para aquela parte do Brasil”. A questão do clima foi, então, usada ideologicamente pelas autoridades do Império para estorvar a vinda de imigrantes para o Norte, mas ao mesmo tempo que é preciso atentar para o uso ideológico de tal questão, deve-se considerar a seca como um impeditivo à imigração. Enquanto a borracha e o café atraíam trabalhadores de todas as partes do mundo para o país, os efeitos sociais da seca na produção e no emprego repeliavam a todos, em especial a população sertaneja.

Com efeito, o governo do Ceará conhecia as dificuldades que enfrentaria para atrair migrantes para uma terra que sofria constantemente com os rigores da seca. Mesmo assim, o governo provincial continuava com planos de implantar o sistema de imigração. Definiu as serras de Ibiapaba e de Baturité como núcleos coloniais, porquanto tinham “climas magníficos”, aos quais os trabalhadores estrangeiros logo se adaptariam. O governo da província desejava convencer os imigrantes que, além do clima agradável, tais serras estavam próximas dos centros de comércio, constituindo-se como locais promissores para os estrangeiros que viessem ao Ceará.

Nessa corrida acirrada por mão de obra, as províncias do Norte, seguindo o protocolo de instalação dos imigrantes europeus, partiam, então, com desvantagem em relação às do Sul, visto que elas não tinham, além do clima, infraestrutura adequada. Faltavam ao Ceará e às demais províncias do Norte semiárido infraestrutura para receber os trabalhadores estrangeiros (segundo o governo imperial), e, além disso, tinham que enfrentar a sede por mão de obra das províncias produtoras de café, mas sem dispor da mesma força política no cenário nacional. Houve, no entanto, um lance de sorte para a província do Ceará: o passamento de Caio Prado em 25 de maio de 1889. Sorte porque, com a sua morte, a política de enviar os retirantes cearenses para São Paulo foi desfeita. Contudo, isto não quer dizer que a vontade de trazer imigrantes europeus sumiu da mente das autoridades com a interrupção do plano da família Prado – grandes capitalistas de São Paulo.

Assim, o serviço de imigração devia progredir, sem a parte do estímulo à migração dos retirantes dada pelo falecido Caio Prado. Em 1896, o presidente Acióli incumbiu o comerciante e amigo Isaie Boris, que já tinha organizado a participação do Ceará na Exposição Internacional de Chicago em 1892-1893, para trazer uma empresa de imigração ao Ceará, com o intento de repovoá-lo. Depois de Acióli admitir que as medidas criadas para debelar o deslocamento dos sertanejos não tinham surtido o efeito esperado, ele passou a recorrer à imigração. Tendo como aparato institucional a lei estadual nº 331, Acióli orientava Isaie Boris como devia proceder para estabelecer a vinda dos imigrantes:

Como não haja meios de seduzir empresários, lhe asseguramos, desde logo, grandes lucros, assentamos de fazel-os maiores, firmando contracto exclusivo por dez anos. Isto lhe permitirá effectuar ajuste a preços menos reduzidos, com as companhias de navegação, ficando para eles, diferenças maiores entre a taxa ajustada com o governo e a que ditas companhias estabelecerem para os transportes, nos dez anos (Ceará, 1897a, s/p).

Acióli sabia, então, que não era fácil atrair imigrantes para o Ceará. Uma das dificuldades seria a de fazer com que uma empresa de navegação da Itália chegasse à costa cearense, porque o Ceará não tinha negócios com os italianos, e, além disso, se encontrava distante do Sul, por onde circulavam as empresas italianas. Com a Inglaterra, país no qual mais comerciava, seria fácil encontrar empresas de navegação que ancorassem em sua costa, porém lá não havia migrantes dispostos a virem para o Ceará. Mesmo assim, ele não perdia as esperanças de ver os campos do Ceará repletos de imigrantes: tanto que, ele já indicava o tipo de imigração que almejava, levando em consideração as teorias racistas tão em voga na época:

Quando tenho falado em emigração italiana, o faço por hypothese. Ella será o que V. S. indicar. O que me parece é que não convirá a asiática, por ser mais cara, e tratar-se de gente que não poderá ser assimilada pela do paiz, quando se deve prover ao futuro crescimento da nossa população enxertação da raça¹⁰ (Ceará, 1897b, s/p).

Embora estivesse otimista com a vinda de europeus, o plano de Acióli fracassara, principalmente porque não teve apoio do governo federal. Além disso, era difícil fazer com que as empresas de navegação, que realizavam o traslado dos imigrantes para o Sul, aportassem na costa cearense. Isso requeria um custo muito alto que o estado do Ceará não teria como subsidiar, e o governo federal não estava disposto a fazê-lo. Ademais, a seca do

¹⁰Sobre as opiniões negativas acerca da imigração asiática, ver Schwarz, 1993, p. 184. No tocante às opiniões positivas acerca da imigração de chineses para o Brasil, apesar de eivadas de preconceito, vide Mendonça, 1879.

Ceará, com seu cortejo de misérias, impediam a realização de qualquer política de atração de imigrantes. Portanto, nessa conjuntura, os imigrantes europeus evitaram viajar para o Ceará.

Cearenses com destino ao Maranhão

Em 1959, à frente do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN), Celso Furtado elaborou um importante documento chamado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”. Nele, Celso Furtado (2009, p. 88) tinha como uma das diretrizes básicas: “o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense”. Mas a colonização do Maranhão pelos retirantes do Nordeste não teve início no século XX e nem muito menos foi realizada de forma planejada. A população do Maranhão, que vivia em “condições de vida de extremo primitivismo” em 1959 (Furtado, 2009, p. 88), era descendente de nordestinos que migraram para a região em fins do século XIX. Do meio milhão de nordestinos que se deslocaram para a extração da borracha até 1910, parte deles não foi para o Amazonas e Pará extrair borracha, mas se fixou no Maranhão: migração essa ainda pouco estudada, se comparar com os fluxos migratórios que se direcionaram para as províncias do Amazonas e do Pará.

Assim o boom da borracha nas florestas do Amazonas e do Pará foi capaz de encobrir o trabalho dos retirantes noutras províncias que não estavam ligadas a essa atividade econômica, como, por exemplo, no Maranhão. No Maranhão havia grande necessidade de trabalhadores nos setores da agricultura e da pecuária, e não na atividade extrativa da borracha.

Na seca de 1877-1879, as fazendas do semiárido, que ficaram sem produção econômica, liberaram seus moradores e eles passaram a engrossar o êxodo que se encaminhava para os núcleos urbanos (sobre a dinâmica da morada no semiárido, ver Braga Neto, 2017). Os socorros públicos, que primeiramente chegavam aos portos da capital, provocaram então o deslocamento dos retirantes para esses locais. Para desafogar as cidades da multidão de retirantes, evitar tumultos e aproveitar a mão de obra desocupada noutros serviços, o governo imperial incentivava a emigração para outras províncias, subsidiando a passagem deles nos navios da Loide Brasileiro. Foi assim que os retirantes chegaram ao Maranhão. Antes de 1877, já havia correntes migratórias para a província do Maranhão, como na guerra de Independência e na seca de 1825 (Assunção, 2015, p. 77), mas nada que se compare à migração na seca “dos dois sete”.

Em 1878, dez mil retirantes desembarcaram na cidade de São Luís, que nesse ano tinha uma população de trinta e cinco mil pessoas (Sá, 1997, p. 56). O sistema de colonização também foi atingido. A ideia do governo era de aproveitar a mão de obra, já que faltavam braços para a expansão dos engenhos e fazendas na província (Faria, 2012). Foram, então, criados seis núcleos coloniais, de trabalhadores nacionais, para receber os retirantes: Prado, Amélia, Flores, Santa Teresa, Mata dos Bois e Pimentel, que podiam engajar mais de 3 mil trabalhadores (Sá, 1997, p. 69-70). Assim as regiões do Gurupi, do Pindaré, do Mearim, do Grajaú e de Alcântara, recebiam núcleos coloniais organizados para acolher a população pobre do semiárido. Na Colônia do Prado (no Gurupi), por exemplo, havia 875 retirantes, em agosto de 1878 (Maranhão, 1879). Portanto, o governo do Maranhão pensava que, com o aproveitamento dessa mão de obra, poderia alavancar a economia da província.

A vinda de retirantes não poderia ser mais propícia para o governo do Maranhão. Como havia dificuldades para estabelecer a vinda de imigrantes europeus, como parte dos escravizados tinha sido vendida para as províncias do Sul e como o sistema de aldeamento definhava, a migração de retirantes se configurava como solução para a falta de braços, para o “desenvolvimento da lavoura”, como acreditava o presidente da província José Caetano Vaz Júnior (Maranhão, 1879). A esperança de poder contar com os retirantes se renovava, então, a cada grande seca no século XIX. Um exemplo disso está no telegrama do presidente da província, José Moreira Alves da Silva, para o ministro de Agricultura, Antônio da Silva Prado, que já desviava essa massa de trabalhadores desocupados para os cafezais do Sul. No telegrama o presidente do Maranhão solicitava recursos para o pagamento das passagens dos retirantes, que se concentravam em São Luís, para o Engenho Central São Pedro:

Lavradores Engenho Central S. Pedro precisam trabalhadores e tem contratado diversos provincia Ceará. Não podem pagar passagem d'esta Capital até lá, embora seja barata, falta recursos. Impossivel despesa cofres provinciaes falta verbas. Poderá V.Ex^a autorisal-a? Seria importante serviço prestado lavoura. Rogo V.Ex^a resposta (Maranhão, 1888, s/p).

Da mesma forma que os retirantes se apresentavam para o trabalho na extração da borracha no Amazonas e no Pará, eles também se embrenhavam no interior do Maranhão para trabalhar nas obras públicas, nas fazendas e colônias agrícolas. Assim, juntamente com indígenas, religiosos, leigos, fazendeiros, aventureiros, escravizados e quilombolas, os retirantes são, pensando a vasta região do Mearim, “personagens que configuram e são configurados nesse espaço” (Ferreira, 2015, p. 47).

Mas há certo desconhecimento sobre os impactos trazidos pelos retirantes no sistema de colonização da província. Tudo isso se deve à falta de pesquisas sobre o alistamento dos retirantes, e, por conseguinte, à função das colônias organizadas pelo governo. Assim concordo, em parte, com Ferreira (2015, p. 50), quando afirma que há poucas pesquisas sobre a migração cearense para o Maranhão, porque defendo que não só a migração cearense tem sido pouco estudada, como também os diferentes fluxos migratórios que tiveram essa província como destino, especialmente os que se estabeleceram no século XIX. Outra questão está na finalidade das colônias criadas para receber os retirantes: para alguns as colônias foram organizadas apenas para combater os quilombos, tendo o caso do quilombo Limoeiro como referência. Desse modo, as colônias agrícolas perdiam a sua finalidade principal, que era a do “desenvolvimento da lavoura”. Além de lutar contra os quilombolas, havia as colônias agrícolas, que serviram mais para reforçar as fazendas e engenhos do que para se transformar em posto de aliciamento de soldados, cujo objetivo era desbaratar os quilombos espalhados pelo espaço maranhense.

Assim, a maioria dos trabalhadores que foram para os currais, engenhos e fazendas do Maranhão, eram do Norte semiárido, e não de imigrantes europeus. Posso dizer, então, que o problema da mão de obra do Norte foi resolvido com os braços locais, a massa da população desocupada; mas, no caso do Maranhão, foi preciso que houvesse sucessivas correntes migratórias das províncias vizinhas, especialmente do Ceará, para solucionar, em parte, a “carência de braços” do hinterland maranhense. Portanto, os cearenses foram aos poucos se engajando na extração do látex, no Acre, Amazonas e Pará, e nas lavouras e fazendas de gado, no Maranhão, e, desse modo, foi expandindo os currais, a atividade extrativa e o cultivo da terra pelas províncias do Norte.

Considerações finais

Com a boa ferramenta da história comparada, compreendo como se deu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Norte do país, mais especificamente, nas províncias do Ceará e do Maranhão, que não puderam contar com os incentivos do governo imperial. Apesar de ter saído na frente em relação à colonização estrangeira, chegando até a influenciar a política maranhense, a província do Ceará não teve o mesmo desempenho que a província do Maranhão, que, somente nos anos 1850, chegou a receber mais de 800 imigrantes, em sua maioria, portuenses. Mesmo assim, pode-se dizer que a colonização estrangeira no Maranhão foi um fracasso. O fracasso do Maranhão foi, pois, menor que o do

Ceará, que, nessa época, não conseguiu dispor de trabalhadores estrangeiros, a não ser em fins da década de 30, com os açorianos. Tudo isso demonstra o esforço dos governos e dos particulares dessas províncias em organizar núcleos coloniais, o que prova que não havia nenhuma predileção pelo indivíduo escravizado, como afirma Emília Viotti da Costa. Aliás, o malogro da experiência do Maranhão em resolver a sua “carência de braços” foi compensado, em parte, pela migração de cearenses, migração essa importantíssima para a economia maranhense.

Ao comparar esse processo histórico em tais províncias, cheguei a uma conclusão diferente de Evaldo Cabral de Mello. Pois a questão do clima foi, apesar do uso ideológico feito pelos cafeicultores, um empecilho para o Ceará e Maranhão implantarem os seus núcleos coloniais. Embora os cafeicultores tenham usado a difícil aclimação de trabalhadores estrangeiros no Norte para inviabilizar a colonização estrangeira na região, não se pode relativizar o fator seca como impeditivo à imigração. O Ceará, conhecido como terra das secas, exportou para o mundo inteiro imagens dramáticas dos efeitos sociais da seca de 1877-1879, que desestimularam os imigrantes europeus a se instalar na província. Como migrar para uma província onde a sua população está se retirando de lá, por causa dos efeitos sociais de um evento climático recorrente? No Maranhão, também, o clima contribuiu para o mau êxito de sua experiência com a colonização estrangeira. O clima das matas maranhenses era favorável à proliferação de doenças tropicais – desconhecidas dos imigrantes – e que geravam febres intermitentes, epidemias e mortes. Portanto, a questão do clima em relação a essas províncias não foi meramente ideológica.

Nesse exercício comparativo, o Ceará deve ser a única província em que o governo deu incentivos para que sua população migrasse, enquanto tentava organizar núcleos de colonização estrangeira. Seu presidente Caio Prado, mancomunado com seu irmão Antônio Prado, procuravam instalar o serviço de imigração no Ceará, de forma retórica, apenas para engambelar a sociedade, pois o que importava era enviar os retirantes cearenses para as fazendas de café, demonstrando que não tinham compromisso com essa província do Norte nem com a dignidade do seu povo, e que o governo imperial estava totalmente instrumentalizado pelos cafeicultores, desde o Imperador, passando pelos ministros e presidentes de província. Já o presidente Acióli, maior oligarca do Ceará, também queria trazer imigrantes, especialmente italianos, mas via o povo cearense emigrar, por causa das crises de produção e emprego e do seu liberalismo oligárquico.

Seja no Império, seja na República, o domínio dos cafeicultores do Sul continuou sem controle efetivo, criando dois Brasis, um rico, outro pobre. Mesmo pagando a conta da colonização estrangeira e da industrialização no Sul (Sudeste), o Norte (Nordeste) ficou sem a colonização estrangeira e a industrialização (que só passou a ser incentivada com a Sudene na década de 60 do século XX). Assim, é chegada a hora de a União criar políticas para diminuir as desigualdades regionais, que foram fomentadas pelo Estado. Tais desigualdades devem ser corrigidas, porque o risco de desmembramento do território nacional pode ser tornar realidade, como aconteceu em 1932, e como já se sinaliza nas crescentes diferenças de interesses entre as regiões Nordeste e Sudeste, consubstanciadas no resultado das eleições presidenciais.

Já que as políticas de reparação estão em voga neste momento, os cearenses, da mesma forma que os paraibanos, potiguares, pernambucanos e sergipanos, merecem ser reparados pelas diversas regiões que colonizaram. O êxodo no Ceará provocou um deslocamento populacional que não tem comparação na história do Brasil. Foram os retirantes cearenses, que desbravaram a Amazônia, conquistaram o Acre e povoaram o Maranhão, como os paraibanos, potiguares, pernambucanos e sergipanos, só que estes em menor número. Desse modo, os retirantes cearenses foram responsáveis por fazer a conversão do trabalho escravo para o trabalho livre menos dramática no Amazonas, no Pará, no Maranhão etc. Também é de responsabilidade deles ter unido o Ceará e o Maranhão para sempre, como estados irmãos. Mas, no entanto, seus descendentes vivem ainda em condições de vida de extremo primitivismo no Maranhão, no Ceará e em outros estados do Norte. Mereciam, pois, uma reparação histórica.

O resultado dessa exclusão é que a modernidade que representava a colonização estrangeira, os incentivos dados aos colonos europeus e os investimentos em infraestrutura – tudo isso foi negado ao Norte, tendo que a população pobre do interior erguer sozinha, sem contar com a proteção do Império e da República, mas contando com o desinteresse nacional, a economia da região, que ainda se encontra em estágio de subdesenvolvimento.

Referências Bibliográficas

ACCIOLYS. **Unitário**, Fortaleza, 21 abr. 1910, p. 1.

ALVES, Joaquim. Notas para uma introdução à histórica. *In*: FILHO, Antonio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 2ª edição. Fortaleza, CE: Editora Fortaleza, 1945.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2015.

BRAGA NETO, Edgar. Cearenses “indolentes” na transição do trabalho escravo para o trabalho livre (1888-1900). **Revista de História Regional**. [SI]., v. 26, n. 1, 2021, p. 66-88.

BRAGA NETO, Edgar. Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores. 2017. Fortaleza (CE). **Tese (doutorado)** – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 289f.

BRASIL. **Ofício nº 1110 do Ministério dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, 1889, p. 1.

BRASIL. **Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro, 1888, p. 1.

CEARÁ. **Relação de Emigrantes Norte-Sul**. Fortaleza, 1889, s/p.

CEARÁ. **Mensagem do Presidente Tenente Coronel José Freire Bizerril Fontenelle**. Fortaleza, 1893.

CEARÁ. **Relatório da Secretaria do Interior do Ceará**. Fortaleza, 1897a.

CEARÁ. **Mensagem do presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly**. Fortaleza, 1897b.

CEARÁ. **Mensagem do presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly**. Fortaleza, 1899

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

COSTA, Clerivaldo. Imigração portuguesa para o Maranhão em meados do século XIX. 2018. Codó (MA). **Monografia (Graduação)** – Curso de Ciências Humanas – História, Universidade Federal do Maranhão, 50f.

DIAS, Arthur. Ceará. (Do livro *O Brasil Actual* 1904). **Revista do Instituto do Ceará**, t. XXVII, ano XXVII, 1913.

EISENBERG, Peter. A falta de imigrantes: um aspecto do atraso nordestino. **Revista de História (USP)**, v. 46, n. 94, 1973, p. 583-601.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)**. 2015.

Niterói (RJ) **Tese (doutorado)** – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 338f.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro Sul**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERG, 2005.

HOBBSAWN, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. [Tradução Luciano Costa Neto]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Raimundo. **O torrão maranhense**. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon, 1970.

MARANHÃO. **Falla do presidente Coronel Luiz Alves de Lima**. São Luís, 1840.

MARANHÃO. **Falla do presidente Antônio Joaquim Alvares do Amaral**. São Luís, 1848.

MARANHÃO. **Falla do presidente Eduardo Olímpio Machado**. São Luís, 1851.

MARANHÃO. **Relatório do presidente Eduardo Olímpio Machado**. São Luís, 1852.

MARANHÃO. **Relatório do presidente Eduardo Olímpio Machado**. São Luís, 1855.

MARANHÃO. **Relatório do presidente Antonio Candido da Cruz Machado**. São Luís, 1856.

MARANHÃO. **Relatório do presidente João Lustosa de Cunha Paranaguá**. São Luís, 1859.

MARANHÃO. **Relatório do presidente José Caetano Vaz Júnior**. São Luís, 1879.

MARANHÃO. **Telegrama da presidência da província do Maranhão**. São Luís, 1888.

MARANHÃO. **Relatório da Inspeção Especial de Terras e Colonização**. São Luís, 1891.

MENDONÇA, Salvador de. **Trabalhadores asiáticos**. New York: Typographia do Novo Mundo, 1879.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

MENEZES, E. Diatahy B. de. **Existe o Nordeste? (Gênese de sua Invenção como Região)**. Revista do Instituto do Ceará, v. 119, p. 125-179, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871-1889)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTINS NO PARÁ. **Unitário**, Fortaleza, 12 jan. 1911, p. 1.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política no Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional: estudos econômicos**. Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. 2ª edição. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: **O Brasil Republicano** (Vol. 1): O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, p. 81-110.

RILEY, Carlos Guilherme. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **Arquipélago/História**, 2ª série, VII, p. 143-172.

RÜCKET, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da história comparada. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol. 5, n. 10, dezembro de 2013, pp. 203-225.

SÁ, Iracema de Jesus França de. A imigração de cearenses no Maranhão (1877-1879). 1997. São Luís (MA). **Monografia (Graduação)**, Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, 50f.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle (senador do Império). **Questões de imigração**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TEÓFILO, Rodolfo. **A libertação do Ceará: queda da oligarquia Accioly**. Fac-sim – edição de 1914. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2 ed. São Luís: Conselho Nacional de Economia do Maranhão, 2011.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: USP, 1993.

Recebido: 24/09/2025

Aprovado: 25/03/2026